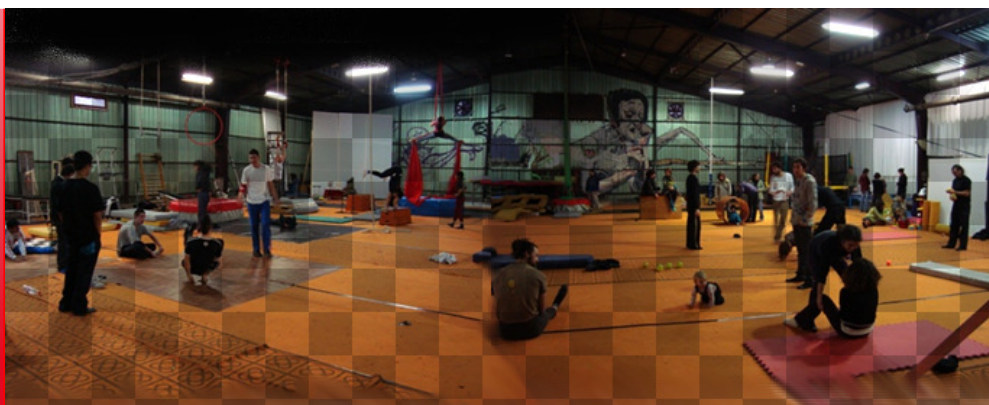


FEUC
FACULDADE DE ECONOMIA



Dissertação de Mestrado em Sociologia

LEANDRO FERNANDES VIANA

Cidade (Re) Conquistada: uma etnografia da (in) visibilidade de outros espaços urbanos

Coimbra, 2010

UC
WWW.UC.PT



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

LEANDRO FERNANDES VIANA

Cidade (Re) Conquistada: uma etnografia da (in) visibilidade de outros espaços urbanos

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Sociologia, realizado sob a supervisão do Doutor Carlos José Guerreiro Cândido Fortuna, Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Dissertação realizada no âmbito do programa
de Cidades e Culturas Urbanas

Coimbra, 2010

Júri

Presidente

Prof. Doutor Carlos José Guerreiro Cândido Fortuna
Professor Catedrático da Faculdade de Economia

Prof. Doutor
Professor Associado da Faculdade

Prof. Droutor
Professor Auxiliar da Faculdade

Resumo

Este projeto dissertativo articula dois desafios. O primeiro esteve direcionado em promover um conjunto de análises sobre Cidades e as transformações sócio-espaciais representadas acerca dos espaços urbanos. Buscou-se aqui desenvolver algumas (i) lógicas de uso do espaço que nas Cidades (in) visibilizam novas sociabilidades.

O segundo desafio esteve centrado em investigar quais as práticas culturais, e os modos de uso alternativos aos espaços urbanos em desuso, que contracenam com os diferentes atores e movimentos sociais urbanos. Deste cenário surge um estudo etnográfico, sustentado á partir das experiências inovadoras colocadas em práticas por diferentes personagens urbanos, com especial destaque para o movimento okupa em Barcelona.

O alcance desse desafio contou com a percepção de outros Olhares, Sentidos e modos de uso para os espaços públicos/privados, que se destacam nas Cidades.

Palavras-chave

Cidade, práticas culturais, okupação urbana, outros lugares públicos.

Abstract

This final essay presents two challenges. The first was aimed at fostering a series of studies about Cities and the socio-spatial changes represented about urban spaces. Here are developed the (i) logics of the use of space, that within the Cities turn (in) visible the new sociabilities.

The second challenge was focused on investigating which are the cultural practices and the ways of use, alternative to the spaces in disuse, counteracting with the different actors and urban social movements. From this scenario emerges an ethnographical study based on the innovative experiences put into practice by different urban characters, with special emphasis on the squat movement in Barcelona.

The achievement of this challenge benefited from the perception of other Looks, Senses and ways of use for the public/private spaces, which stand out in the contemporary.

Keywords

City, Cultural practices, Squat, other urban places

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
-------------------------	----

PARTE I

1. CONSTRUINDO ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	20
1.1. Trajetórias flexíveis para estudar o objeto.....	21
1.2. Aproximações metodológicas.....	23
1.3. A Cidade como cenários de hipóteses.....	25

2. A CIDADE (IN) VISÍVEL: REFLEXÕES SÓCIO-ESPACIAIS

DA METAMORFOSE URBANA	26
2.1. O léxico do espaço público e dos lugares.....	28
2.2. Vazios urbanos, (i) lógicas urbanas: diálogos acerca da exclusão.....	32
2.3. Urbanização da Pobreza ou Pobreza da Urbanização.....	35
2.4. Antagonismo do Lugar: Barcelona, Coimbra e Belo Horizonte.....	41
2.4.1. Heterotopias.....	42
2.4.2. Não-Lugares.....	44
2.4.3. Etnopaisagens.....	47

3. CIDADES E CENÁRIOS DE REIVINDICAÇÃO: ATORES E CONTEXTOS

DE TRANSFORMAÇÃO URBANA	50
3.1. A cultura ocupa lugar: Interseção de diferenças culturais na representação do espaço urbano.....	51
3.2. Arte na Cidade: Espaços públicos, Grafite e a mani(festa)ação cultural.....	59

PARTE II

4. A CIDADE (RE) CONQUISTADA	64
4.1. Compreendendo o Movimento de Okupação.....	64
4.2. O Centro Social Okupado e Autogestionado – C.S.O.A.....	70
4.3. A perspectiva construída de dentro do espaço.....	73
4.4. Aproximações teóricas sobre o movimento okupação.....	80
4.5. A emergência dos movimentos de okupação: outros contributos.....	84

5. CONCLUSÃO ou Estratégias plurais para os diferentes sentidos do Lugar.....	87
--	----

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
--------------------------------------	--

LISTA DE SIGLAS

C.S.O.A – Centro Social “Okupado” e Autogestionado

FCC – Fundação Carlos Chagas

FEUC – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFP – International Fellowships Program

INE – Instituto Nacional de Estatística – Espanha

MACBA – Museu de Arte Contemporânea de Barcelona

MCCU – Mestrado Cidades e Culturas Urbanas

PUC-MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

SNH – Secretaria Nacional de Habitação

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UN – HABITAT – Agência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

“A cidade se apresenta
centro das ambições
para mendigos ou ricos
e outras armações
Coletivos, automóveis,
motos e mêtros
Trabalhadores, patrões,
políciais, camêlos

A cidade não pára
a cidade só cresce
O de cima sobe
e o de baixo desce...”

trecho letra: A Cidade – Chico Science

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos ao Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford, por oferecer a oportunidade e os recursos necessários para desenvolver essa pesquisa.

Agradeço a coordenação e a equipe de acompanhamento do programa-bolsa da Fundação Carlos Chagas, Instituição que representa o IFP - Brasil. Destaco o apoio e o incentivo recebido das (os) profissionais dessa instituição durante meu período de bolsista. Muito obrigado!

À equipe de professores (as) da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, especialmente na pessoa do meu Orientador Dr. Carlos Fortuna e do co-orientador Dr. Giovanni Allegretti. Agradeço aos profissionais da Biblioteca Norte-Sul do Centro de Estudos Sociais.

Ao amigo Pablo Almada pela edição das imagens e vídeos, e a Yolanda Vasilie por contribuir nas traduções.

Aos colegas e professores (as) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, e do NPP- Núcleo de Psicologia Social da UFMG. A contribuição somada de ambas as academias, foi indispensável para o seguimento dessa trajetória acadêmica e profissional.

Aos amigos e amigas de Belo Horizonte e Coimbra que carinhosamente contribuíram para ampliar e aprimorar meus conhecimentos.

Agradeço a Liliane pelo companheirismo, afeto e pela cumplicidade recebida durante este período. À minha mãe Rosária, aos meus irmãos Cleiton e Paula, por compreenderem a minha ausência e por depositarem incansáveis mensagens de afeto e perseverança.

Por fim, aos diferentes atores coletivos e individuais que no cenário urbano das Cidades de Belo Horizonte, Coimbra e Barcelona, compartilharam comigo momentos de sabedoria e de verdadeiros questionamentos para uma sociedade aberta à diversidade dos espaços urbanos.

Muito obrigado!

1. INTRODUÇÃO

A busca por ensaiar uma investigação sobre os modos alternativos de produção do espaço urbano das Cidades, tornou-se algo desafiante. Sabe-se que existem diferentes formas de sociabilidades e modos de usos para os espaços urbanos, sobretudo das Cidades contemporâneas. Este tema é vasto e as diferentes narrativas bibliográficas exprimem prismas analíticos diversificados.

Contudo, o propósito deste trabalho esteve orientado em articular o cenário das Cidades, com um conjunto de paisagens de luta e disputa por diferentes relações de uso do espaço urbano, com destaque para as práticas culturais.

Uma insuficiência de espaços urbanos direcionados para uma sociabilidade gratuita, tais como, práticas culturais, de lazer e desporto, somado aos conflitos urbanos ligados com a falta ou a precariedade da moradia, podem contribuir com um conjunto de problemas que se colocam atualmente no cenário urbano. Tais conflitos por vezes se colocam (in) visíveis aos nossos olhos, bem como às alternativas que emergem destes espaços.

Coube aqui, dissertar sobre alguns cenários de luta e disputa pelo espaço urbano. Para tanto, algumas dinâmicas de apropriação e uso do espaço urbano, articulada com as práticas desenvolvidas dentro e fora de alguns movimentos de luta urbana, foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Este desafio, exigiu compreender tanto as diferentes formas de *ocupação* do espaço urbano, quanto sua articulação crítica com os Sentidos e usos que se configuram nestes espaços.

O conhecimento aqui produzido foi impulsionado tanto pela precariedade de espaços urbanos acessíveis na cidade, para a prática livre e gratuita de atividades culturais. Como, da consciência de uma realidade urbana historicamente marcada pela dificuldade de acesso á moradia, em diferentes populações e em diferentes contextos. Não significa afirmar aqui que tal realidade se encaixe em todas as cidades do mundo, tampouco que a solução para tais problemas sejam apenas disponibilizar moradia ou locais para práticas de diferentes atividades. Mas de aprofundar as contribuições teóricas que refletem estes processos.

Concorda-se ainda que a economia monetária, ou a calculabilidade do dinheiro racionaliza, organiza e impõe formas de vida nas cidades ao ponto de rejeitar elementos subjetivos da condição humana (Simmel, 1997). Já não se pode contar muito com a conhecida atitude *blasé*, utilizada por este autor, para tratar da indiferença das pessoas perante as distinções entre as coisas. “Esta disposição psíquica é o puro reflexo subjetivo da completa monetarização da economia, na justa medida em que o dinheiro toma o lugar de toda a diversidade das coisas e sujeita todas as diferenças qualitativas ao critério de “quanto custa”.” (Simmel, 1997: 35).

Contudo, as Cidades contemporâneas revelam lutas além daquelas objetivadas pelo mercado financeiro. Luta de atores por reconhecimento das suas práticas e modos de usar o espaço urbano, assentes em outras dinâmicas que não somente aquelas representadas como com Cidades do Consumo (Canclini, 1999).

Assim, a tarefa de decomposição crítica das teorias que concebem os espaços urbanos sejam, espaços públicos, privados, vazios e/ou abandonados, exigem a necessidade de uma análise comprometida, seja pelas manifestações de um recuo da cidadania, ou o emuralhamento da vida social (Gomes, 2002), seja ainda pela oposição de identidades territoriais através dos enclaves fortificados (Caldeira, 2000) ou identificando inclusive os modos de subjetividades que foram sendo construídos na relação indivíduos e sociedades (Fortuna, 1997).

Desse modo, este estudo traçou um caminho a partir de algumas contribuições entre teorias, umas clássicas outras contemporâneas, e práticas que apontam diferentes narrativas associadas aos modos de uso do espaço urbano. Sem desconsiderar entretanto, a sua relação com as lutas e as formas de resistência do indivíduo à uniformização e à submissão (Simmel, 1997) perante as engrenagens da vida contemporânea. Até chegar ao surpreendente olhar de “dentro” (Magnani, 2002) de algumas experiências de “outros” espaços públicos. Os Sentidos, os olhares sobre a transformação nos usos dos lugares urbanos agruparam este estudo.

Debate-se contudo os desafios que se colocam para a sociedade, especialmente para profissionais da sociologia, psicologia, história, arquitetura-urbanismo, geografia, engenharia, além de uma gama de outras profissões que utilizam o espaço urbano como palco de suas intervenções. Para este exercício foi necessário a utilização de diferentes contribuições. Algumas dessas foram retiradas das lutas travadas pelos atores individuais ou coletivos que reivindicam e contestam o uso dos espaços urbanos em desuso. As outras, detiveram-se em conferir e analisar as dicotomias existentes na maneira como atualmente produzimos e representamos os espaços urbanos.

A cidade revela fantásticas experiências de participação social que nem sempre são possíveis de serem (in) visibilizadas pelo aparato de representações negativas da cidade.

Assim, os cruzamentos analíticos que ganharam expressão neste trabalho foram desenvolvidos à volta dos conflitos urbanos e da sua relação com os movimentos de luta pelo espaço das cidades. Com o apoio da experiência etnográfica praticada durante a pesquisa, foi possível viver, descrever e analisar, mesmo que com “certo” *distanciamento*, (Magnani, 2002) “outros” espaços públicos urbanos.

Abranger a experiência dos atores coletivos de luta urbana que buscam promover novos espaços, e usos dos lugares urbanos, favoreceu afirmar a possibilidade de “outros” Sentidos e usos para o espaço urbano.

Além disso, podem evitar algumas contradições no conhecimento produzido sobre as cidades “ilegais”, e, evitar os processos de urbanização, que insistem em colocar as “idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias” (Maricato, 2000). Ao propor *Conhecer para resolver a cidade ilegal*, a pesquisadora Ermínia Maricato destaca que;

“No meio urbano, o investimento público orientado pelos lobbies bem organizados alimenta a relação legislação / mercado imobiliário restrito / exclusão social. E nas áreas desprezadas pelo mercado imobiliário, nas áreas ambientalmente frágeis, cuja ocupação é vetada pela legislação e nas áreas públicas, que a população pobre vai se instalar: encostas dos morros, beira dos córregos, áreas de mangue, áreas de proteção aos mananciais... Na cidade, a invasão de terras é uma regra, e não uma exceção. Mas ela não é ditada pelo desapego à lei ou por lideranças que querem afrontá-la. Ela é ditada pela falta de alternativas.” (2000: 2).

A falta da moradia é algo preocupante na realidade de muitas cidades. Os espaços urbanos públicos que acolhem esta demanda, são diversos e alguns insalubres, como foi colocado acima.

Em alguns contextos, especialmente onde a moradia é precária, simplesmente não existem espaços destinados para atividades culturais. Quando muito, no caso de algumas vilas e favelas, possuem um terreno de terra batida e pouco delimitada, utilizada para campo de futebol e outras atividades.

Ainda sim, a consciência de que a apropriação dos espaços urbanos para práticas de expressões e manifestações culturais, sobretudo daqueles imóveis que se encontram em situação de abandono, depende dos contextos específicos.

Associam-se ainda á maneira como ocorre á interação entre os diferentes atores envolvidos.

Surpreendentemente os cenários das Cidades revelam sempre novas (re) conquistas, encontros e desencontros, usos e desusos para os espaços urbanos. E ainda persistem as desigualdades extremas de uso, quando não a intolerância. Começar um diálogo foi preciso para compreender melhor este assunto.

As transformações nos modos de uso do espaço urbano, especialmente dos espaços degradados e em desuso de algumas cidades contemporâneas, foram debatidas neste trabalho à luz de duas diferentes experiências. A primeira delas relaciona-se com um conjunto de análises sobre diferentes usos e representações para os espaços urbanos. A segunda exprime um estudo etnográfico realizado num Centro Social Okupado¹ e Autogestionado - C.S.O.A. na região central de Barcelona.

Investigar o universo das dinâmicas urbanísticas de produção e uso do espaço urbano, colocadas em práticas por atores coletivos, ou ainda de modo individual, favoreceu a compreensão de “outros” lugares urbanos. Novas alternativas de uso e comunhão do espaço. Sabe-se que em boa parte das vezes quando o assunto é produção do espaço urbano, as alternativas colocadas em prática, centram-se nas mãos de especialistas, seja de engenheiros, arquitetos, urbanistas, investigadores, etc.

A proposta então foi ir ao encontro de soluções e alternativas construídas à margem das políticas Estatais e dos investimentos privados. Um léxico de práticas e atividades coletivas, colocadas por diferentes atores e, que de um modo ou de outro, trazem “outros” modos de uso do espaço urbano.

O entendimento acerca das dinâmicas do ambiente urbano, especialmente das práticas urbanas que utilizam os diferentes espaços da cidade, sobretudo aqueles em desuso, esteve presente aqui não apenas em uma configuração teórica sobre a configuração espacial conferida ao espaço urbano.

Ao contrário, sua idéia principal focou-se na proposta de construir uma escrita crítica e consistente acerca dos modos de usos atribuídos aos espaços urbanos (antes) abandonados, que (depois) foram ocupados por diferentes atores. E que optou portanto, em considerar algumas expressões culturais, ativas na

¹ Termo escrito com k pelos Okupas e reúne na mesma palavra contracultura e punk, e se diferencia de “ocupa” pelo conteúdo político e social de denúncia da situação e da dificuldade de acesso à moradia (Rudy, 2010). Existem movimentos urbanos ingleses na qual a palavra equivalente é conhecida como *squatters*.

cidade por diferentes grupos de cidadãos. Neste trabalho, dentre outras experiências de ocupação, optou-se em destacar fragmentos da realidade de atores que reivindicam seu lugar no espaço urbano.

Tratou-se de identificar e analisar, na perspectiva da reivindicação destes espaços ocupados para promoção de práticas culturais, políticas, e atividades de lazer, em que medida suas ações estão voltadas para a promoção de um novo espaço para o público. Espaços que além das atividades culturais como, oficinas circenses, de música, danças, percussão, costuras, capoeira, etc, possuem também, de acordo com aqueles que o reivindicam, uma expressão de vontades coletivas. Além disso, seja de maneira direta, ou indireta, relacionam-se com as problemáticas sócio-territoriais, como segregação urbana, exclusão do direito à moradia, privatização de espaços públicos, etc.

Por isso, a pintura deste exercício intelectual esteve voltada em encontrar os usos diferenciados dos espaços urbanos obsoletos na cidade - como indústrias desativadas, infra-estruturas como galpões, estações e prédios abandonados – contrapondo estes aos espaços urbanos demarcados por interesses comerciais, relacionando ambos, com as experiências de atores coletivos que lutam para a promoção de novos espaços urbanos e novos Sentidos para o espaço público.

Compreende-se aqui que diversos são os desafios para as cidades no século XXI, especialmente quando se trata da construção de um espaço urbano capaz de abranger toda a heterogeneidade da qual hoje se visualiza no cotidiano das Cidades.

O lugar e a etnicidade se juntam nas cidades que abrigam grandes grupos de migrantes que não são necessariamente alheios à cidade ou ao país em questão, mas que se encontram em condições de estigmatização, discriminação e exclusão. Visto assim, além da diversidade cultural e étnica, alguns grupos sociais estão também sujeitos a pobreza e discriminação, que os impedem de ter acesso às mesmas oportunidades nas cidades, em termos de emprego, educação, saúde, habitação, segurança e expressão cultural². Contudo entende-se que o espaço urbano, por si só não é capaz de alcançar tal objetivo.

Em meio aos diversos usos do espaço urbanos, além daqueles onde dominam a função hegemônica do consumo (shoppings, centros comerciais,) e o funcionamento da mobilidade urbana (ruas, avenidas, praças) quase inexistem outros espaços, especialmente gratuitos e capazes de oferecer pequenas

² UN-Habitat – Diálogos sobre o direito á cidade: Diversidade Cultural e identidades na cidade. C.Martinez (2010-2011) . acessado em 03.06.2010.
ver mais em: <http://www.unhabitat.org/content.asp?TypeId=19&Catid=584&cid=7581#4>.

atividades cotidianas, como a prática de atividades culturais, artísticas, esportivas, etc. Na realidade nos últimos anos, nota-se uma intensificação dos processos que conferem uma integração das cidades nos circuitos do capital multinacional, como espaços articulados com as redes da globalização financeira e simbólica (Sassen, 1999).

A exploração capitalista do espaço urbano atualmente produz marcas visíveis no cotidiano de milhares de pessoas. Os reflexos desta relação entre espaço urbano e as práticas mercantis, seja no trabalho, na moradia, nos transportes públicos, nos fenômenos da imigração, dentre outros, são capazes de revelar cotidianos de luta por sobrevivência, bem como diferentes expressões de resistência a este paradigma sócio-espacial.

O desafio de analisar as antagônicas funcionalidades e usos dos espaços urbanos nas grandes metrópoles, exprime uma situação desconfortável. Isso porque como numa miragem, percebe-se que os espaços urbanos públicos, capazes de auxiliar na promoção de laços de solidariedade e convivência entre os diferentes seres humanos, são limitados nas suas funcionalidades. Ao contrário, da relação capitalista de exploração sobre o uso deste mesmo espaço.

Sobretudo, ainda é possível visualizar, mesmo que de forma reduzida, outras práticas que são atribuídas aos lugares e aos usos dos espaços urbanos das cidades. Tais contradições urbanas demonstram que, inclusive o universo acadêmico que contribui para tecer o conhecimento produzido acerca do ambiente urbano, não pretende ser consensual e tampouco generalista sobre o tema.

Portanto, foi preciso combinar algumas visões analisadas para assim chegar num ponto de análise. E com isso, visualizar nesta relação, tanto os que se beneficiam de forma descomprometida, como aqueles que lutam para ampliar as possibilidades de uso do espaço urbano, e combater os contextos de exclusão e segregação implicados nestes espaços.

Pesquisas recentes (Fortuna, 2009) revelam que a cidade e a sua urbanidade, apontam para uma narrativa paradoxal uma vez que a população têm se tornado majoritariamente urbana. Dados das Nações Unidas de 2008 contribuem para afirmar esta análise quando constata que aproximadamente 72.2% dos europeus e 78,3% de latino-americanos, concentram-se nas cidades.

As expectativas apontam um considerável crescimento da população urbana, podendo a mesma ser duplicada de 3.3 bilhões em 2007, para 6.4 bilhões em 2050 (UN, 2008). Seria este crescimento urbano, um desafio para as próximas

gerações? É possível imaginar um urbanismo solidário, tolerante, e sobretudo que respeite as diferenças dos múltiplos usos dos espaços urbanos? Quem são os responsáveis por atuar neste desafio?

Contrastando com estes dados, temos um conjunto de teorias (Hall e Pfeiffer, 2000) que apontam para o esgotamento, e senão o “fim da cidade”. Na perspectiva dos autores, isso se daria por via ambiental através do esgotamento dos recursos renováveis, ou pela ingovernabilidade política, ou ainda pelo resultado do aprofundamento das desigualdades e a forte perda da qualidade de vida urbana.

A questão pode apontar de maneira bastante prematura o colapso que o crescimento das cidades anuncia, mas essencialmente demonstram também a dúvida sobre o futuro e a capacidade dos governantes em construir soluções para os problemas que surgem com o acelerado crescimento urbano.

De início, tais informações podem exprimir certo exagero acerca da realidade do espaço urbano, uma vez que anunciam uma sentença em que a cidade tem os seus dias contados. No entanto, é preciso entender que o que esta desaparecendo realmente não é a cidade em si, mas um determinado modelo histórico de cidade (Fortuna, 2009).

Desse modo, reside aqui uma das maiores dificuldades em captar com exatidão os traços da cidade, uma vez que tal dualidade é incorporada ao nosso pensamento, confrontando-nos com o que o autor designa de imagens-signo que distorcem o nosso imaginário, e por isso a conclusão prematura de alguns teóricos acerca do futuro da vida urbana.

O utopismo da cidade ideal nem sempre é capaz de abranger as metamorfoses do urbanismo atual, onde as “periferias residenciais”, *banlieus*, favelas, *slums*, cidade dormitórios, condomínios privados, etc, tornam ainda mais desafiante estudar estes processos.

Por isso a necessidade de encontrar um equilíbrio entre aquilo que se apresenta enquanto produção teórica, sobre os modos de usos do espaço urbano, ajustando sempre que possível, uma observação e análise da dimensão subjetiva atribuída a estes espaços.

Dito assim, este trabalho foi elaborado e desenvolvido em cinco capítulos. Sendo que o primeiro capítulo esteve orientado na definição das estratégias metodológicas de abordagem do objeto em estudo, ou seja, a dinâmica da (re) construção do espaço urbano, através da ação coletiva de ocupação.

Neste estudo, a okupação dos espaços não é entendida apenas a partir da clássica dualidade entre a lógica de espaço público e privado. Investiga-se sob a luz das contribuições e experiências teóricas, críticas e metodológicas, levadas adiante por investigadores (Santos, 2000; Latour, 2005; Burawoy, 1991:1998; Leite, 2009) na busca por estratégias de aproximação com o objeto de estudo.

No segundo capítulo é realizada uma investigação teórica, com o contributo de diferentes campos do saber como a Sociologia, Antropologia, Arquitetura e Urbanismo, Geografia e Psicologia, visando identificar as diferentes concepções acerca do espaço público e dos lugares. Em alguns momentos destaca as transformações históricas decorrentes de diferentes posturas ideológicas nos modos de pensar as cidades. Este capítulo apresenta ainda alguns antagonismos, que de acordo com alguns autores, são indispensáveis para a compreensão da produção de algumas (in) visibilidades produzidas no espaço urbano.

O terceiro capítulo cedeu lugar a diferentes manifestações e expressões de luta pelo uso do espaço urbano, presentes no cenário de algumas Cidades. O “modelo de transformação urbana” da Cidade de Barcelona, contracena e dialoga com algumas expressões e manifestações por “outros” usos dos espaços urbanos. Neste momento a Cidade salta aos olhos e ouvidos, transportando música, dança, arte e esportes na dinâmica urbana. Aponta ainda os fragmentos da interseção de diferentes culturas, além da massiva presença de turistas e imigrantes, na representação concedida à cidade “cosmopolita”.

Este capítulo segue em busca de demonstrações de arte na rua que resistem na luta por encontrar e ampliar seus espaços. Espaços eleitos fora da dinâmica do modelo de intervencionismo tecnocrático (Delgado, 2007) da cidade, mas que direta ou indiretamente, dialogam entre si.

O quarto capítulo, quiçá seja aquele que possua maior relação direta com o primeiro capítulo (metodologia) e com o estudo etnográfico deste trabalho. A cidade (re) conquistada é relacionada com o fenômeno da okupação urbana, em duas perspectivas: uma construída de fora, através da releitura das bibliografias que relacionam os discursos da mídia, (instrumentos de mídia virtual – jornais, websites, blogs) com o movimento de okupação urbana. A outra perspectiva, entendida como de “dentro”, foi compartilhada com ativistas e usuários de um Centro Social Okupado – C.S.O.A. na região central de Barcelona.

Neste capítulo, as narrativas submergem numa experiência que busca no cotidiano de um espaço urbano okupado, as dinâmicas e os diferentes modos de uso e *Sentidos* atribuídos ao espaço urbano. Adentra-se no universo de um espaço aberto para prática de: oficinas de dança, música, teatro, fotografia, escultura,

exposições, oficinas circenses, Yoga, shiatsu, equilíbrio corporal, massagem, costura, oficinas de recreação infantil, intercâmbio de conhecimento, oficina de preparação de alimentos saudáveis, oficinas desportivas, capoeira, aikido, ensino de idiomas, etc.

O que pode ser antecipado é que os usos são diversificados e a juventude interage nestes diferentes ambientes urbanos. Destaca-se neste capítulo a relação da juventude com as práticas culturais, sobretudo práticas de uso alternativo do espaço urbano, bem como a experiência da reciclagem de materiais e alimentos. Suas práticas e estratégias para produzir novos espaços e representações para o movimento também são analisadas.

No último e quinto capítulo é apresentada algumas conclusões e considerações retiradas deste processo de pesquisa, bem como os questionamentos que foram apontados e as novas perguntas que se fazem para as cidades e seus espaços públicos.

1. Construindo estratégias metodológicas

É possível dizer resumidamente que os principais questionamentos dessa pesquisa, situam-se à volta das diferentes dinâmicas de urbanização e a sua articulação com os cenários dos movimentos sociais urbanos, que lutam e resistem aos processos de gentrificação, ou *gentrification*,³ existentes nas cidades. O desafio de analisar o complexo campo de representação dos conflitos urbanos, associados a um conjunto de experiências (in) visíveis no espaço das cidades, teve como interesse captar as contribuições ou alternativas capazes de (re) construir novas espacialidades urbanas.

Certamente que as dinâmicas de uso do espaço urbano compreendem um tema amplo, que desafiam diferentes profissionais assim como toda a sociedade, seja ela rural ou urbana. A necessidade de um recorte analítico não retirou a importância de aprofundar este tema, tampouco impediu que alguns resultados positivos fossem compartilhados. No entanto, certamente formatou algumas experiências e realidades, para que aqui pudessem ser descritas.

Desse modo, para que este estudo fosse viável foi preciso primeiro, submergir num conjunto de transformações sociais que refletiram, e ainda refletem, os diferentes modos como as pessoas utilizam o espaço urbano, sobretudo os espaços urbanos em desuso na cidade. Para emergir com outro olhar sobre estes conflitos.

Compreender que existem barreiras entre, a minoria daquelas pessoas que contribuem para a produção dos espaços urbanos, seja instituições públicas ou privadas, da grande maioria das pessoas que cotidianamente utilizam esses espaços urbanos. No mais, a falta de equipamentos de lazer e práticas de esportes nas cidades, aliadas a uma antiga problemática de políticas de moradia, serviram para completar as inquietudes deste estudo.

A mesma inquietude de outros investigadores e teóricos, especialistas em constatar cada vez mais um aumento do fundamentalismo do capital, manifestado através do consumo, (Canclini, 1999) especialmente nos espaços urbanos.

³ Expressão utilizada por diversos autores (Smith, 1996; Havey, 1992; Zukin, 1995) para indicar as formas de empreendimentos econômicos que elegem certos espaços da cidade como centralidades e os transformam em áreas de investimentos públicos privados. Mas as práticas de gentrification não se referem apenas a empreendimentos econômicos que visam otimizar o potencial de investimentos em áreas centrais; referem-se sobretudo à afirmação simbólica do poder mediante inscrições arquitetônicas e urbanísticas que representem visualmente valores e visões de mundo de uma nova camada social que busca apropriar-se de certos espaços da cidade (Leite, 2007: 63-64).

É importante ressaltar, que alguns questionamentos e reflexões semelhantes já foram iniciados noutras dimensões de análise, sobretudo no âmbito da problemática da moradia (Viana, 2006) voltada a atender as populações economicamente menos favorecidas da região metropolitana de Belo Horizonte.

Na pesquisa aqui apresentada, compreendeu-se que para conseguir alcançar um diálogo que estivesse bem fundamentado à luz da teoria sociológica, foi preciso redefinir algumas estratégias metodológicas. Optando especialmente por estratégias capazes de compreender quem são os interlocutores inseridos nestes diálogos, os espaços na qual sua relação acontece e, o tipo de conflito que emergem.

Atento sempre ao fato de que as fronteiras existentes nestes contextos, por vezes se apresentam ocultas, exigindo o constante esforço de deslocamento do olhar investigativo.

Quais estratégias metodológicas oferecem a possibilidade de aproximação com a realidade deste fenômeno? A pergunta exigiu a construção de um conjunto delas, colocadas de forma crítica na sequência do texto.

1.1. Trajetórias flexíveis para estudar o objeto

Durante a pesquisa e leitura de parte da teoria social e das metodologias que tomam a cidade como “pano de fundo” das diferentes análises da sociedade, (Burawoy, 1991; Duneier, 2001; Caria, 2002; Costa, 2003), percebeu-se aqui a necessidade de evitar um erro bastante cometido segundo Cordeiro (2003) nos estudos de antropologia urbana. Trata-se da valorização excessiva ou arbitrária, por parte do observador, de experiências fechadas em torno das micro-escalas, percebida como as relações de vizinhança, trabalho ou sociabilidades lúdicas, ofuscando a percepção das ligações complexas e múltiplas entre a micro-escala e a sociedade mais ampla.

Optou-se aqui por uma experiência etnográfica. Contudo o conceito de etnografia em função de algumas críticas e releituras (Magnani, 2009) atualmente é amplo, mas tampouco preciso.

Com isso, a etnografia é entendida nesta pesquisa como “uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte. Não para permanecer lá ou mesmo para

explicar ou interpretar a lógica de sua visão de mundo, mas para segui-los até onde seja possível” (Latour, 2005: 48) e, numa relação de troca, contrastar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente (Magnani, 2009: 4).

Ainda assim, foi preciso distinguir entre a “prática etnográfica” percebida como programada e continuada (idem), da “experiência etnográfica”, vista como descontínua e imprevista. No caso esta última, quiçá se aproxime dos limites dessa pesquisa e com fragmentos da realidade do objeto aqui estudado.

A difícil relação entre a produção etnográfica e o contexto na qual esta dinâmica se localiza, constitui para antropologia urbana uma complexa problematização. No entanto, o problema é também teórico (Cordeiro, 2003: 12) e a dificuldade em agarrar, por exemplo, os fenômenos de mobilidade e pulverização, não só geográfica, como também cultural, revela que a complexidade das sociedades contemporâneas, só pode ser entendida através de um cruzamento de perspectivas disciplinares.

Tal motivo ocasionou uma necessidade de buscar além do campo de saber da Sociologia, os contributos de outras disciplinas como Antropologia, Psicologia, Geografia, Arquitetura-Urbanismo. O que implicou precisamente encontrar um caminho metodológico coerente com a pesquisa. Não diretamente em busca de verdades absolutas sobre a dinâmica urbana, mas como o fez José Manuel Mendes (2003) ao falar de seu percurso metodológico; “A obrigação de errância por diversos locais exige a utilização flexível das técnicas disponíveis, não num esforço de triangulação, não numa acepção tradicional de busca da verdade última, mas sim para estabelecer conexões parciais e multiplicar o campo dos possíveis” (Mendes, 2003: 1).

Como adentrar na realidade das práticas de *okupação* urbana espalhadas na cidade, especialmente de Barcelona? Conhecer um pouco das dinâmicas de uso, colocadas por diferentes atores sociais que utilizam o conflituoso espaço okupado e examinar como este novo espaço se articula na dinâmica da cidade? Foram estas as primeiras perguntas que fiz durante o trajeto de pesquisa.

É certo que circular entre os contextos existentes de *okupação* urbana e captar os diferentes modos de usos e situações existentes nesses espaços, tornou-se uma tarefa necessária.

1.2. Aproximações Metodológicas

A pesquisa desenvolvida neste estudo utilizou-se uma proposta de investigação reflexiva baseada nos métodos qualitativos⁴, tendo como proposta o método do estudo do caso alargado. Perspectivas semelhantes (Santos, 1995; Burawoy, 1998) apontam que este método tem como base a observação participante e caracteriza-se por quatro pontos fundamentais, sendo estes: intersubjetividade, processo, estruturação e reconstrução teórica.

“com a intersubjetividade o observador torna-se um participante, experienciando o mundo do outro. Com a lógica do processo, as observações são projetadas no tempo e no espaço, permitindo uma perspectiva enquadrada. A estruturação permite atender às forças extra-locais que moldam os acontecimentos e as situações. Por último, a reconstrução teórica parte de um quadro teórico existente e procura descobrir anomalias e testar essa teoria” (Mendes, 2003: 4).

Ainda sim, é preciso estar atento aos obstáculos que este método coloca. Por isso, o exercício de uma perspectiva de aproximação com a dinâmica microscópica (singular e plural), presente nas incertezas da urbanidade. Interessa ainda observar a relação com os mecanismos de poder, dominação e alteridades que cercam o objeto aqui estudado.

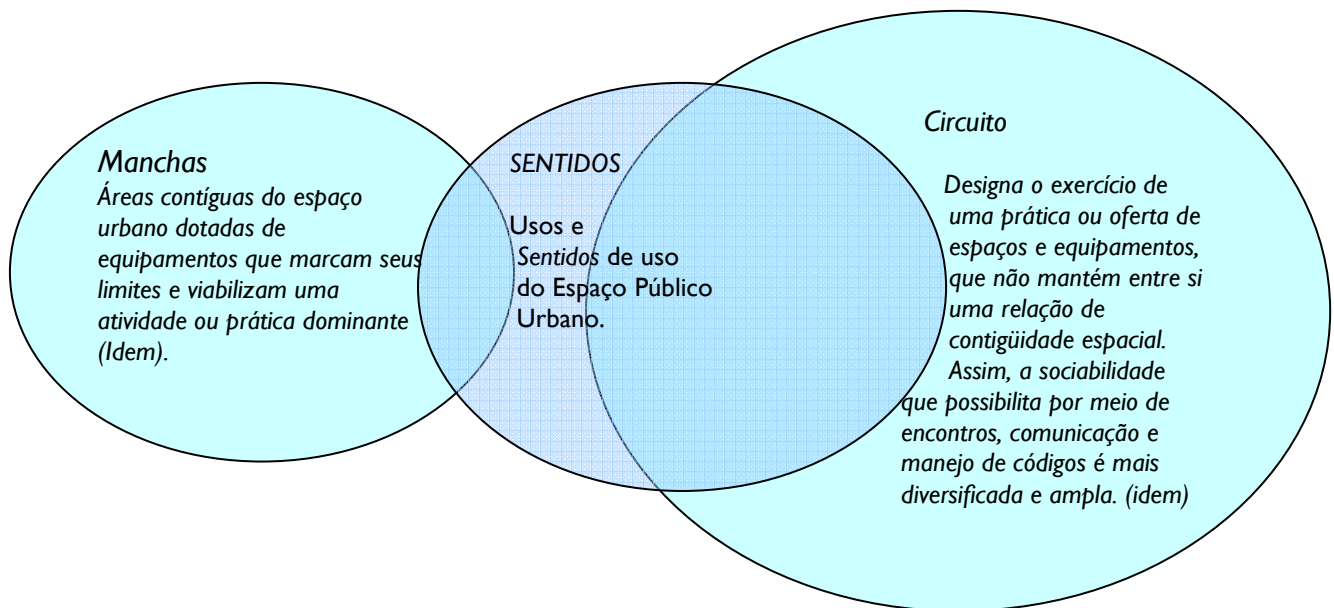
Portanto, afirma-se que as práticas de ocupação urbana, foram aqui tomadas de análises com especial atenção às formas de emancipação presentes no cotidiano daqueles (as) que lutam por outros modos de uso do espaço público. Estes espaços e atores promovem uma (re) configuração dos espaços urbanos em desuso na cidade? Quiçá com menos excessos regulatórios? “O que mais caracteriza a condição sócio-cultural deste fim de século é a absorção do pilar da emancipação pelo da regulação, fruto da gestão reconstrutiva dos défices e dos excessos da modernidade confiada à ciência moderna e, em segundo lugar, ao direito moderno” (Santos, 2000: 55).

Desse modo procurei ficar atento em evitar ao máximo qualquer generalização e/ou discursos totalizantes das diferentes disciplinas aqui utilizadas como referência. Uma vez de perto e “dentro” dos espaços urbanos ocupados,

⁴ Este método possui quatro princípios de regulação, sendo: a intersubjetividade entre o analista e os sujeitos em estudo; a entrada no mundo a ser estudado; a relação dos processos locais com forças existentes; e o objetivo de reconstruir uma teoria já existente (Burawoy *apud* Mendes, 2003: 4).

para observação das diferentes práticas culturais e políticas, enfatizou-se aqui uma perspectiva de aproximação com este fenômeno urbano.

As categorias de análise, adotadas para compreender o sistema de relações existentes entre, a okupação e a (re) configuração de “outros” usos dos lugares urbanos na cidade, foram elaboradas com o apoio dos conceitos de Manchas e Circuito, trazidos por Magnani (2009) ao desenvolver “notas para uma etnografia urbana”.



Gostaria de propor que a categoria Sentidos, seja neste trabalho compreendida na sua relação psico-socio-espacial dos modos de uso do lugar, ou seja, inclui o olhar da dimensão subjetiva que transita nos espaços vividos. Assim, este estudo insere a reflexão sobre os “Sentidos de uso” atribuídos e captados nas diferentes alternativas de uso e sociabilidade do espaço urbano. Especialmente daqueles espaços (re) conquistados e (re) pensados para uma diversidade de práticas culturais.

Desse modo, observar os Sentidos que existem (d) entre as Manchas e o Circuito (Magnani, 2009) no uso dos lugares urbanos, tornou-se um desafio. A escolha deste olhar etnográfico proporcionou uma experiência de submersão no cotidiano das dinâmicas de okupação dos espaços urbanos, voltados para práticas culturais. Experimentando atividades e dinâmicas de uso aos diferentes espaços urbanos, foi possível emergir desse desafio, trazendo novas (in) visibilidades e outros “Sentidos de uso” para o espaço urbano das cidades.

1.3. A Cidade como cenário de hipóteses

As cidades estão produzindo cada vez mais espaços de desigualdade e exclusão social. No Brasil, o modelo de urbanização que se expressa na maioria das cidades de médio e grande porte⁵, produziu e reforçou um panorama de exclusão social e descontinuidade territorial, marcado pela existência de bairros desprovidos de infra-estrutura urbana básica, incapazes de oferecer condições de vida ambientalmente saudáveis e oportunidades de emprego e renda aos seus moradores, principalmente quando localizados nas “franjas” da cidade formal.

As raízes deste problema ampliam-se quando o assunto se estende para a ausência, ou a precariedade de espaços urbanos voltados para a prática de atividades culturais, verdadeiramente acessíveis à população urbana.

Mesmo com características diferentes, essa realidade também abrange os espaços urbanos de algumas Cidades européias, consideradas como “modelo” de planejamento urbano (Delgado, 2007), a exemplo da Cidade de Barcelona.

Felizmente essa realidade não é suficiente para impedir que nos espaços urbanos inutilizados e/ou “marginalizados” pelos investimentos público-privados, surjam novos modos de uso, qualificações e práticas culturais alternativas, colocadas por diferentes atores sociais.

A hipótese é que dentro deste surpreendente universo urbano, de diferentes Cidades, desenvolve-se uma série de experiências alternativas e solidárias, acerca dos modos de uso do espaço. Tais experiências podem contribuir para analisar se existem, e quais práticas de (não) apropriação do espaço urbano, podem transformar os modos de uso do espaço público? Espaços onde a solidariedade, a convivência e o aprendizado, tornam-se indispensáveis ao entendimento do lugar.

O desafio esteve voltado em viver e analisar outras experiências alternativas de uso de espaço urbano, que imprimem novos olhares e sentidos de uso para o espaço urbano contemporâneo. Assim, a Cidade como cenário possibilitou retratar quais (in) visibilidades são (re) produzidas no uso e na produção do espaço urbano.

⁵ Ministério das Cidades. Ver mais em: <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/agenda/regularizacao-fundiaria/agenda-2010> consultado em: 10.04.10

2. A Cidade (in) visível: reflexões sócio-espaciais da metamorfose urbana

As cidades e seus espaços públicos atualmente concentram um leque de diferentes concepções e abordagens teóricas. Especialmente quando se tratam das constantes metamorfoses ocorridas no espaço urbano em função dos processos de urbanização e as diferentes relações sociais, culturais, políticas e econômicas que ocupam (ram) lugar nestes espaços.

Planificar o espaço urbano seja nas “cidades globais” (Sassen, 1999), ou nas denominadas⁶ “cidades mundiais” (Borja, 1995) é algo que envolve um grande desafio. Especialmente quando se trata de pensar os diferentes Sentidos e usos atribuídos aos espaços urbanos das cidades.

Sabe-se que é profunda a raiz do desafio em compreender os espaços públicos contemporâneos e as suas diferentes dinâmicas de uso. O conjunto de análises já realizadas sobre este assunto formula uma legião de questionamentos. Algumas obras conhecidas relacionam a vida nas cidades á uma percepção crítica das diferentes ideologias urbanísticas (Lefebvre, 2001). Outras relacionam espaço, cultura e Poder (Zukin, 2000). Já em outras como a obra de Milton Santos (1997) debate-se de maneira intrigante as metamorfoses do espaço urbano.

É preciso entender, que dentro e fora do universo acadêmico encontram-se chaves para o entendimento dos conflitos urbanos. Sobretudo na maneira como se estabelecem as transformações dos processos de urbanização. Percebe-se face todas estas análises, que a cidade manifesta um conjunto de situações e conflitos que imprimem (in) visibilidades sócio-espaciais no espaço urbano.

Ao articular sua abordagem sobre as cidades Magnani (2002) separa sua abordagem em dois grupos. O primeiro seriam as cidades dos países emergentes, ou “subdesenvolvidos” onde se reúnem análises e respectivos diagnósticos. Neste enfatiza-se aspectos desagregadores do processo, tais como, o colapso do sistema de transportes, as deficiências do saneamento básico, a falta de moradia, a concentração e desigual distribuição dos equipamentos, o aumento dos índices de poluição e da violência (*idem*).

⁶ Os conceitos de cidade “mundial” ou “global” alude ao papel que tais cidades ocupam numa economia altamente interdependente: sedes de conglomerados multinacionais, pólos de instituições financeiras, produtoras e/ou distribuidoras de determinados serviços, informações e imagens, elas constituem os nós da ampla rede que também já é conhecida, num mundo globalizado, como “sistema mundial” (Magnani, 2002: 12).

O segundo grupo seriam as cidades que na perspectiva de alguns arquitetos e críticos pós-modernos, seriam identificadas como as cidades do primeiro mundo, que projetam cenários marcados por uma feérica sucessão de imagens, resultado da superposição e conflitos de signos, simulacros, não lugares, redes e pontos de encontro virtuais (*idem*). Aqui, enfatiza-se a ruptura como conseqüência de saltos tecnológicos que tornam obsoletas, não só as estruturas urbanas anteriores, como as formas de comunicação e sociabilidade a elas correspondentes, ou seja, um caos semiológico.

Ambas as análises apresentam seu modelo de “caos”. E por isso, abordar o complexo tecido das cidades e as transformações no uso dos espaços urbanos, necessita compreender inclusive os contrastes e semelhanças entre essas duas perspectivas. Afinal, o “caos” evidenciado nos diferentes contextos (Cidades “desenvolvidas” e “sub-desenvolvidas”) apontam que; “algumas experiências urbanas contemporâneas demonstram uma deterioração dos espaços e equipamentos públicos com a conseqüente privatização da vida coletiva, segregação, evitação de contatos, confinamento em ambientes e redes sociais restritos, situações de violência etc.” (Magnani, 2002: 12).

Entender o espaço urbano envolve perceber que este é palco de disputa por interesses múltiplos. De diferentes grupos, indivíduos e instituições. Pode se afirmar, que a tarefa mais árdua deste trabalho esteve ligada a tentativa de pesquisar as diferentes bibliografias e acepções atribuídas á noção de espaço público existentes na contemporaneidade.

Uma vasta bibliografia trabalha sobre este tema, como Francois Lyotard, David Harvey, Manuel Castells, dentre outros como Zygmunt Bauman, Neil Smith, Appadurai, Mike Featherstone. Atualmente somam-se as (re) leituras das diferentes categorias atribuídas ao espaço público (Massey, 1994: 2005; Leite, 2007; Souza, 2008). Desse modo, buscou-se neste texto, trazer um breve apanhado de diferentes narrativas que compreendem este espaço, demonstrando algumas (in) visibilidades sócio-espaciais que grifam os espaços urbanos.

2.1. O Léxico do Espaço Público e dos Lugares

Se colocarmos em questão a maneira como consumimos o espaço urbano e as formas hierárquicas de sociabilidade que ocupam estes espaços públicos, fatalmente iremos perceber a influência direta ou indireta de diferentes programas urbanísticos, de revitalização, patrimonialização, gentrificação, etc, que contribuem para a produção do espaço urbano.

Mas percepção anterior, é que o capital, ou melhor o dinheiro e seus dividendos, determinam boa parte dessa relação entre acessibilidade, sociabilidade e consumo do espaço urbano.

Desse modo, existem um conjunto amplo de propostas para o (re) ordenamento urbano, mas possivelmente algumas se destacam em criar formas harmoniosas de uso e consumo do espaço. Outras continuam fomentando novas relações hierárquicas e econômicas de uso do espaço. No entanto, neste conjunto que abrange ambas realidades, uma gama de idéias (in) visíveis surgem para contribuir no entendimento das transformações que se constata na relação entre sujeito e espaço.

A tarefa de observar e analisar as diferentes disputas para o uso dos espaços urbanos, seja, nas passagens e túneis dos transportes coletivos, como comboio, metrô, ou nos espaços dos aeroportos internacionais, ou ainda nos espaços vazios e “esquecidos” da cidade, exigiu um distanciamento de alguns estereótipos. Um deles era acreditar prematuramente que as cidades européias estavam isentas de grandes conflitos e disputas pelo espaço urbano.

Seja nas Cidades de América Latina como Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, ou seja na Barcelona “Cosmopolita”, algumas semelhanças existem entre os usos e desusos do espaço urbano. Assim, todas essas cidades assemelham-se, não apenas pelas funções que exercem, mas pelos equipamentos e instituições que possibilitam seu exercício (Magnani, 2002).

Alguns se beneficiam destes equipamentos e instituições. Outros, por algum motivo ou outro ficam à margem desse sistema. E quando estes últimos são imigrantes, trabalhadores informais, desempregados, artistas de rua? São estes convidados a dividirem o uso do espaço urbano? Ou mantêm-se (in) visíveis no meio da correria do espaço urbano? É possível planificar um espaço urbano capaz de ser acessível á todos(as), sem dialogar com aqueles(as) que cotidianamente utilizam estes espaços?

As perguntas servem apenas para fomentar o debate. Certamente que as bases dessa relação possuem raízes históricas. E no caso de algumas cidades brasileiras, conforme destaca Maricato (2001), os indicadores de paradoxos existentes na realidade do ambiente construído de algumas cidades, apresentam um longo trajeto com herança de oligarquias políticas, e que segundo a autora, traz consigo características históricas de uma sociedade de raízes coloniais, que nunca rompeu com a assimetria em relação a dominação externa e que, internamente, nunca rompeu tampouco com a dominação fundada sobre o patrimonialismo e o privilégio.

Avançando nas construções analíticas cada vez mais complexas sobre o espaço urbano. Como ressalta Leite (2009: 189) “O que me parece ter relevante valor heurístico para a discussão sobre a natureza contemporânea dos espaços públicos é a superação das metanarrativas teóricas no contexto de crise do Estado-Nação e a rejeição a uma filosofia do sujeito, com o seu conseqüente descentramento”.

Bem como destacou, para repensar os parâmetros conceituais da noção de espaço público, é preciso reconhecer desde o início, que o espaço público, definido pela modernidade como espaço cívico de encontro dos iguais (Leite, 2009), infelizmente não existe de forma tão romântica, se é que algum dia já existiu. Por outro lado, na inserção “pós-moderna” (Massey, 2000) da cultura urbana, a experiência social mais cotidiana e essencial da sociabilidade pública está alastrada e fragmentada em um espaço urbano que parece estilhaçado pelas dissonantes reivindicações da diferença.

Assim denota-se que a crítica feita às metanarrativas que fundaram boa parte dos modernos Estados-Nações, questiona as formulações das identidades nacionais essencializadas politicamente. E mais, trazem para o foco, o reposicionamento do sujeito face à complexidade dos processos contemporâneos formadores de identidades.

Por isso comunga-se aqui com a noção de *différance*, desenvolvida por Jacques Derrida (2002), que representa a máxima dessa dispersão de sentidos atribuídos aos processos identitários. Essa noção de acordo com Leite (2009: 191), consolida a crítica radical à ontologia do sujeito na medida em que rejeita concepções preexistentes de identidades: os sujeitos e suas identidades são construídos na prática discursiva e nos atos interativos.

Dito assim o “descentramento do sujeito moderno” (Hall, 2006) resultaria do processo de fragmentação dos lastros nacionais que demarcavam as identidades no contexto moderno. Ressalta-se ainda que a noção (idealizada) de uma época em que os lugares eram (supostamente) habitados por comunidades

coerentes e homogêneas (Massey, 2000) é contraposta à fragmentação e à ruptura atuais. Desse modo, a desterritorialização apresenta os primeiros sinais de uma verdadeira incógnita na realidade urbana contemporânea, dando origem a outras representações para o espaço público das cidades.

Para Leite (2009) aqui reside uma encruzilhada pós-moderna dos espaços públicos:

“Ao fazer avançar a crítica às metanarrativas que davam sustentação ao Estados-Nações, a abordagem pós-estruturalista e suas interfaces com a teoria pós-moderna aprofundam a crítica à ontologia do sujeito, mas o foco ajustado na dispersão incomensurável da *différance* – base para as interpretações sobre a cultura urbana contemporânea – cria a sensação de uma fragmentação exasperada que tornaria a convivência nos espaços públicos marcada possivelmente pela formação de guetos, tribos e castas, cada um a demarcar seu espaço e incrustar-se em seu respectivos lugares” (Leite, 2009: 192).

Assim a cidade e seus espaços públicos tradicionais como as praças, ruas e parques, são relativamente esvaziados de importância. Ao mesmo tempo em que surgem novos espaços de comunicação em rede como exemplo os chats e os blogs (idem).

Acrescenta-se ainda os processos contemporâneos citados anteriormente, como a higienização estética dos centros urbanos históricos (gentrification, patrimonialização) e a crescente proliferação dos espaços fechados de moradia, consumo e lazer (condomínios fechados, shopping malls, parques temáticos). Sobreposto a todos esses processos, de acordo com Leite (2009) na realidade, existe uma visível atitude defensiva em relação a figura do outro, ou seja, ao estranho.

Quando Doreen Massey (2000) no seu texto sobre *Um Sentido global de Lugar*, questiona-nos com a seguinte pergunta: Podemos repensar o nosso sentido do lugar? A autora ressalta que muito daquilo que se escreve ao falar sobre o espaço, o lugar, e os tempos pós-modernos, enfatiza uma nova fase do que Marx uma vez denominou “a aniquilação do espaço pelo tempo”. E sustenta ainda que o capitalismo e seu desenvolvimento, por vezes determinam nossa compreensão e nossa experiência do espaço. Porém não só o capital, entre as muitas outras coisas que influenciam claramente essa experiência. A autora destaca, por exemplo, a questão da raça e do gênero⁷.

⁷ Pesquisas mostram de que modo a mobilidade das mulheres, sofre restrições – de inúmeras maneiras diferentes, da violência física ao fato de ser assediada, ou de ser simplesmente obrigada a sentir-se “fora do lugar” – não pelo “capital”, mas pelos homens (Massey, 2000: 178).

Desse modo, ao trazer alguns fragmentos da idéia de espaço público, não cabe aqui reafirmar a morte do espaço público (Sennett, 1998), tampouco aprofundar nas questões sobre a mundialização⁸ da economia (Sassen, 1999), mas sim, compreender como a transversalidade de Sentidos (Featherstone, 1997) atravessam a dinâmica de percepção do espaço urbano, favorecendo a emancipação de novos lugares. Especialmente dos lugares e propostas colocadas em ação por diferentes personagens e movimentos sociais que lutam por novos usos para o espaço urbano em desuso.

Lugares sociais que na concepção de Arantes (2001) estão acima de algumas classificações.

“Penso que os lugares sociais assim construídos não estão simplesmente justapostos uns aos outros como se formassem um grande mosaico, estes sobrepõem-se e, entrecruzando-se de um modo complexo, formam zonas simbólicas de transição, onde os sujeitos e os cenários da sua interação desenvolvem atributos análogos ao que Victor Turner (1967,1974,1982) conceituou como *liminares*. Na sua ambivalência, são basicamente inter-estruturais: não se classificam inteiramente em nenhuma das posições atribuídas e escalonadas pelo direito, pelo costume e pelas convenções; e, assim sendo, tornam-se culturalmente ambíguos, simbolicamente invisíveis e poluidores” (Arantes, 2001: 260).

Podemos verificar que dentro do espaço urbano das grandes cidades, amontoam-se os lugares sociais invisíveis. As causas desse ocultamento são múltiplas. E muitas vezes, estão além do superficial entendimento da qual a mídia se arrisca a desenhar. Verifica-se inclusive que os interesses e as fronteiras movediças que os cercam, necessitam um olhar mais próximo da realidade vivida, do que face às representações construídas por fora e sobre estes lugares.

Mais do que territórios bem delimitados, esses “contextos” ou “ambientes” de acordo com Arantes (1997), podem ser entendidos como zonas de contato. Neles se entrecruzam moralidades contraditórias e aproximam-se mundos que são parte de um mesmo todo, mas que, assim mesmo, se encontram irremediavelmente separados.

⁸ De acordo com a autora a mundialização da economia tem criado uma espécie de especialização funcional nas diferentes cidades, a partir do modo como se inserem na economia global. Sassen (2004)

Desse modo, este texto teve uma preocupação em anunciar e refletir como a configuração de algumas (in)visibilidades de lutas e disputas, nos permitem refletir sobre as transformações sociais do espaço urbano. Destacando como (Baptista, 2003, p35) a recomposição dos lugares da cidade, a sua reutilização para fins diversos daqueles que (sempre) lhe conhecemos, colocam-nos perante o peso da realidade, aqui palpável, e que se expõe aos nossos Sentidos.

2.2. Vazios urbanos, (i) lógicas urbanas: diálogos acerca da exclusão.

As diferentes concepções teóricas que desafiam as cidades a pensar os modos de inclusão e exclusão, presentes na dinâmica de uso dos espaços urbanos, sobretudo dos espaços vazios e em desuso na cidade, contribuem para avançar essa narrativa.

Isso porque a cidade, entendida como elemento chave na organização do território no século XXI (Salgueiro, 2002), seja pelo número de pessoas que concentram, ou pela influência que exercem no comando da economia mundial e na criação e difusão de valores, comportamentos e estilos de vida, expressa contornos e dinâmicas ambíguas de ordenamento dos espaços urbanos.

O que entendemos aqui sobre os espaços urbanos vazios e/ou em desuso? Os vazios urbanos estendem-se pelos empreendimentos que um dia foram desativados (Meneguello, 2009), ou sofreram a ação do tempo e, com a conseqüente degradação natural, transformaram-se em zonas consideradas mortas na cidade.

No Brasil, a formação destes espaços vazios está ligada à desconcentração e à reestruturação industrial. Como também ao declínio dos ciclos econômicos e, a exurbanização das atividades industriais (*idem*). Neste sentido, a autora coloca que o vazio urbano está associado com as alterações nas formas de produção, na ocupação dos espaços anteriormente voltados a atividades industriais (moinhos, fábricas) ou o escoamento da produção (rede ferroviária, ou área portuária).

Porém a lista de espaços vazios parece não se limitar no desenho das cidades. Podem abranger os empreendimentos que foram desativados, seja pela ação do tempo e da degradação natural, ou por se encontrarem em desuso.

Podem ser prédios vazios e ociosos, galpões abandonados, lotes inteiros, que por um motivo, ou outro, sofreram uma desvalorização imobiliária, ou aguardam a revalorização através da especulação imobiliária.

“A existência desses vazios inaproveitados não constitui somente um problema social, de mau aproveitamento do capital investido e de desprezo do patrimônio construído. Constitui um crime ambiental, já que esses deixam de usar uma infra-estrutura projetada e calculada para sua plena utilização, fazendo a cidade buscar novos terrenos, novos territórios para crescer, território para urbanizar.” (Anastassakis, *apud* Meneguelo, 2009: 130-131)

Para piorar, este processo colabora na retroalimentação da dinâmica de exclusão, já iniciada aqui neste texto (p.14) acerca dos investimentos públicos/privados, e a sua relação com a legislação o mercado imobiliário restrito e a exclusão social (Maricato, 2000). Os espaços degradados ou desvalorizados da Cidade não podem ser pensados como destituídos de função, mesmo quando se encontram completamente em desuso.

Existe ainda uma série de conceitos explicativos para descrever características nos padrões de uso do espaço público, a exemplo da conhecida *gentrification*, conceito utilizado por autoras e autores como (Glass, 1964; Harvey, 1992; Zukin, 1995; Smith, 1996), dentre outros, para descrever as centralidades dos espaços escolhidos para serem transformados em focos de empreendimentos econômicos, seja de investimentos públicos ou privados.

Visto assim, tal realidade configura-se como um verdadeiro embate urbano, ou seja, um erro que precisa ser corrigido. O caráter empregado a estes vazios urbanos, muitas vezes denotam-no uma situação desprovida de valores e sentidos. Poucos cidadãos se atrevem a imaginar outros usos, e Sentidos, para estes espaços, assentes em práticas múltiplas, não somente àquelas voltadas para as atividades econômicas.

Outros teóricos aprofundam mais esta análise, como Guy Debord (2003) desenvolvendo uma análise crítica acerca da espetacularização⁹ da vida na sociedade, através dos modos dominantes de produção e consumo. Processos que oferecem um verdadeiro espetáculo malicioso da racionalidade deste sistema na qual boa parte da população vive atualmente.

Vale à pena destacar que nesta sequência histórica na qual o espaço é colocado como categoria de reflexão social, que boa parte dos conceitos que foram criados, sofreram revisões e/ou foram sendo ampliados. Como no caso da

⁹ Versão eletrônica produzida pelo Coletivo Periferia. Ver mais em: <http://www.geocities.com/projetoperiferia> - consultado 05.03.10

palavra “enobrecimento urbano” (Rubino, 2009) utilizada para tratar os “novos” nobres que ocupam o espaço urbano e as diferentes oposições simbólicas que são objetivadas no espaço público. Entretanto, não se pretende neste momento buscar as origens históricas dos conceitos criados e suas transformações. Trata-se apenas de visualizá-los enquanto ferramentas que nos auxiliem na análise das narrativas construídas no e para o espaço urbano.

A Cidade revela a luta de atores sociais que lutam por encontrar alternativas aos espaços urbanos vazios? Certamente, mas antes é preciso saber se suas lógicas de uso estão sendo compreendidas. Como captar e utilizar o aprendizado retirado desses “outros” formatos de uso? O desafio colocado revela que é preciso ultrapassar algumas representações “espetacularizadas” sobre o espaço urbano e os conflitos colocados em questão por diferentes coletivos.

A resistência em pensar novos formatos de uso para estes espaços vazios, por parte da comunidade de cidadãos, ou profissionais, pode demonstrar o quanto estamos implicados com aquilo que Debord (2003) analisou a respeito do alargamento da racionalidade técnica: “O espetáculo submete para si os homens vivos, na medida em que a economia já os submeteu totalmente. Ele não é nada mais do que a economia desenvolvendo-se para si própria. É o reflexo fiel da produção das coisas, e a objetivação infiel dos produtores”.

Portanto, vale à pena ressaltar que a busca das experiências de usos dos espaços vazios urbanos, preenchidos de resistências a esta sociedade do espetáculo citada por Debord, ocupou parte deste trabalho. Lugares preenchidos de novas práticas, na qual a simples convivência cotidiana é captada como algo de valor. Lugares onde “outros” Sentidos se convergem e as narrativas se encontram na busca de um espaço urbano capaz de comungar, acolher, trocar percepções, saberes e práticas culturais diversas.

É possível afirmar que as transformações sociais nos modos de uso do espaço público decorrentes de diferentes intervenções sócio-históricas, sejam públicas ou privadas, há muito têm sido abordada por diversas teorias e distintos campos do saber. O espaço urbano das grandes cidades é constituído de diferentes usos, imagens, e funcionalidades, sendo possível uma gama de possibilidades de narrar, sentir e viver tais espaços.

São espaços de liberdade, de lazer, de luta, conquista, manifestação e reivindicação. Como também são espaços de ataques terroristas, derrotas, de angústias e de trabalho precário. etc. Existem ainda os espaços tomados pela violência e o medo (Souza, 2008), pelos guetos e segregações sócio-territoriais (Marcuse & Preteceille, 2004), pelos enclaves fortificados (Caldeira; 2000), como

inclusive são ainda os mesmos espaços tomados pela descontrolada especulação imobiliária (Kowarick, 2000).

Os espaços vazios na Cidade podem ser recriados com novas sociabilidades. No entanto, isso irá depender do entendimento entre essas forças que o envolvem. A falta de alternativa á precariedade dos espaços urbanos, seja ela para a prática de atividades culturais, ou para acolher outros modos de usos, necessita dialogar com estes espaços, visando aproximar as soluções dessa (i) lógica urbana.

2.3. Urbanização da Pobreza ou Pobreza da Urbanização?

Os processos de urbanização das grandes cidades têm sido alvo de diferentes concepções e abordagens teóricas. Muitos questionamentos se fazem sobre as diferentes formas de urbanismo e de “governo urbano” (Guerra, 2002) colocadas em prática por diferentes políticas territoriais. As análises por diferentes campos do conhecimento, dentro e fora do universo acadêmico, ajudam a compreender como o desenho urbano e suas funções foram se remodelando conforme a necessidade e interesses de diferentes indivíduos, grupos e instituições.

Este texto ensaia um diálogo sobre as desigualdades identificadas na urbanização do espaço urbano, que se relacionam com um conjunto de diferentes aglomerações, marcadamente excludentes. Não cabe aqui desmontar todo o amplo universo que envolve o planejamento urbano. E sim, encontrar neste diálogo os motores que impulsionam as Cidades á construir espaços visivelmente desiguais.

De certo modo cada comunidade e cada período histórico formulam sua própria forma de vivenciar o espaço. No entanto, atualmente boa parte do conjunto de exclusões sócio-espaciais do ambiente da Cidade, sobretudo no acesso e no uso do espaço urbano, pode ser refletida a partir da dominação da economia e da globalização neoliberal¹⁰ (Santos, 2001).

¹⁰ De acordo com Boaventura de Souza Santos (2001: 8) O neoliberalismo não é nova forma de liberalismo, é na verdade, o conservadorismo. Ao contrário do liberalismo, é hostil a concessões. Portanto, é um *neo* ao conservadorismo porque não quer concessões dos direitos às classes populares.

Ao debater sobre a metamorfose entre o dinheiro e o território, Milton Santos (1999) apresenta fragmentos de como a transformação entre a razão do uso à razão de troca, pode favorecer o entendimento dessa realidade. De acordo com este, num primeiro momento há um dinheiro local, expressivo, de contextos geográficos limitados e de um horizonte comercial limitado. Era um dinheiro com circulação apenas local, ou quase (idem).

Com isso, o funcionamento do território ligava-se as suas feições naturais. Elas eram ao mesmo tempo o resultado desse afeiçoamento do corpo à natureza, de tal maneira que a tecnicidade a partir dos objetos fabricados além do corpo era limitada. Dito assim, o valor de cada pedaço de chão lhe era atribuído pelo próprio uso desse pedaço de chão.

Ao longo do tempo e com a ampliação das trocas, a ampliação do comércio, com um maior número de objetos e de valores a trocar, bem como a interdependência crescente entre as sociedades, vai surgindo a complexificação do dinheiro. E para garantir a estabilidade das trocas e da produção de cada grupo, aparece a necessidade da regulação, e o dinheiro começa uma trajetória como informação e como regulador (idem).

Com esta complexificação tudo tende a se tornar objeto de troca. Desloca-se a primazia do papel do uso, para o de troca. Assim, o papel que a troca começa a ganhar é uma enorme mudança na história dos lugares e do mundo. “Assim, o dinheiro cria a sua lei e a impõe aos outros, forçando mimetismos, adaptações, rendições, a partir de duas outras lógicas complementares: a das empresas e a dos governos mundiais” Santos (1999: 5-18).

Existem ainda outros recortes que tratam o assunto a partir do advento da industrialização. Para Lefebvre (2001) esse processo é, há um século e meio, um dos motores das transformações na sociedade. Mas é preciso lembrar que a Cidade preexiste à industrialização. “Se distinguimos o indutor e o induzido, pode-se dizer que o processo de industrialização é indutor e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento e à planificação” (Lefebvre, 2001: 3).

Denota-se também que uma boa parte das análises que tratam das desigualdades sócio-territoriais produzidas nas Cidades, giram em torno das desterritorializações. Este conceito pode fazer referência tanto as deslocalizações de grandes firmas, corporações transnacionais, especialmente as multinacionais, quanto da crescente homogeneização cultural do planeta.

Há quem sustente (Haesbaert, 2001) que este fenômeno ocorre tanto “do alto” ou “superior”, relacionando especialmente às categorias sociais privilegiadas, que usufruem de todas as benesses dos circuitos técnico-informacionais globalizados, quanto de “baixo” ou “inferior”, pois envolve alguns dos grupos mais expropriados, ou seja, aqueles que estão alijados do acesso a “terra” como base material primeira da reprodução social.

O fato é que esse antagonismo sócio-espacial insiste em ocupar a realidade e os modos de construir Cidades. Na realidade são Cidades pra uns, e aglomerados de pobreza e precariedade pra outros. Este último espaço, o da precariedade torna-se uma das poucas opções para milhares de não-cidadãos, ou cidadãos apenas na formalidade. Sobre o prisma do olhar sociológico crítico, estes ficam á deriva, tanto pela indiferença das multinacionais, muito mais preocupadas em produzir o máximo possível, com a menor mão-de-obra e a maior isenção de impostos, quanto á margem dos processos e planejamentos urbanos, que por vezes, insistem em desconsiderar os não-cidadãos, como protagonistas da construção sócio-espacial das Cidades.

Este formato desigual de acesso aos serviços, aos equipamentos, as estruturas, os transportes, além de todo o conjunto de benefícios que daí provém, criam não só conflitos urbanos, como invisibilidades urbanas.

A Sociologia, a Geografia, a Arquitetura e Urbanismo, a Psicologia, e várias outras fontes de conhecimentos, são comumente utilizadas para o estudo e análise destes fenômenos. Vale lembrar que as contribuições retiradas para tal análise fizeram o exercício de encontrar os (re) significados que são produzidos na percepção histórica e especialmente contemporânea, acerca do desenvolvimento urbano, hoje visivelmente excludente, para refletir sobre este dilema.

Desse modo, constata-se que ao longo de várias décadas ocorreram diferentes mudanças, tanto políticas quanto de perspectivas ideológicas na maneira de pensar e intervir no planejamento urbano. E o surgimento de diferentes expressões como, “cidades dormitório”, “periferias residenciais”, *banlieus*, favelas, *slums*, etc (Fortuna, 2009) são certamente conseqüências das transformações ocorridas nos espaços, e por sua vez, nas relações e representações que os indivíduos comungam no espaço urbano.

Diferentes análises apresentam os fatores que influenciaram a transformação do espaço urbano das grandes metrópoles, especialmente dos países do terceiro mundo. Os avanços na participação popular¹¹ no planear

¹¹ A exemplo dos orçamentos participativos implementados em diferentes Cidades, como Belo Horizonte e Porto Alegre, e da sua extensão á outras Cidades Européias como Sevilha e Turim.

urbano é um exemplo. Sobretudo de conquistas por parte dos movimentos organizados, na luta por um planejamento urbano mais amplo. O que ainda não é suficiente para apagar a visível marca hegemônica do desenho das desigualdades sociais, tanto do território brasileiro, como de outras Cidades.

Ao refletir sobre o fenômeno da urbanização desigual e suas características, Ferreira (2000: 13), afirma que as grandes metrópoles subdesenvolvidas são hoje a expressão do antagonismo e da desigualdade. Isso porque de acordo com o autor, a urbanização observada em grande parte dos países subdesenvolvidos em muito se deve à matriz de industrialização tardia da periferia. Sendo assim, as aglomerações urbanas foram motivadas pela atratividade exercida pelos pólos industriais que na década de 60 atraiu uma grande mão-de-obra proveniente do campo para os centros urbanos. Entretanto, estes centros não estavam providos de habitação, infra-estrutura e equipamentos urbanos capazes de garantir uma qualidade de vida a população recém chegada. E para piorar, na maioria dos casos, o poder público pouco se empenhou em solucionar tal problema, devido à abundância de mão-de-obra ofertada (que reduzia seu poder de reivindicação) e à sua imiscuição com as elites dominantes, interessadas em manter baixos os níveis salariais e o custo de mão-de-obra, resultando assim o que o autor chama de “urbanização desigual”.

Existem ainda outros aspectos que influenciaram na realidade das grandes cidades como globalização da economia (Ferreira, 2007) a reestruturação produtiva internacional e o ajuste das políticas econômicas orientadas pelo “Consenso de Woshington” que causaram grande impacto na realidade das cidades consideradas “subdesenvolvidas”.

Em outros casos, percebe-se em grande parte da bibliografia consultada uma especial atenção aos conflitos gerados com o advento da industrialização e o intenso processo de urbanização decorrido no Brasil e nos demais países da América Latina, especialmente na segunda metade do século XX.

“A industrialização baseada em baixos salários determinou muito do ambiente a ser construído. Ao lado do grande contingente de trabalhadores que permaneceu na informalidade, os operários empregados do setor industrial não tiveram seus salários regulados pelas necessidades de sua reprodução, com a inclusão dos gastos com moradia, por exemplo.” (Maricato, 2001: 41)

Certamente que estes conflitos não estão circunscritos apenas na dimensão dos processos de planejamento urbano. Sem desconsiderar que tais abordagens são fragmentos teóricos de uma realidade muito ampla e complexa, ainda assim é possível identificar que as massas que vivem hoje nas cidades ditas “ilegais” ou cidade “informal” (idem) apresentam-se como um subproduto de uma industrialização totalmente descompromissada com a questão urbana. Além de disso, soma-se a tudo isso um mercado de trabalho precário, e um restrito mercado imobiliário privado que controla os investimentos públicos, e em certa medida, o processo de urbanização.

Nesta complexa lógica do tecido urbano, populações com baixas rendas vivem segregadas tanto do direito, quanto do acesso aos bens e serviços de grande parte da estrutura urbana existentes nas cidades.

A solução encontrada pela maioria da população excluída dos diversos benefícios de uma urbanização ampliada, consiste em moradias construídas conforme uma gama de dificuldades e expedientes de subsistência. Dito de outra forma, essa urbanização limitada, favorece essa realidade onde milhares de populações são obrigadas a construir nas encostas de morros, debaixo de viadutos, ao lado de córregos. Sem contar que são frequentemente ameaçados pelos constantes desabamentos e enchentes.

Os modelos de cidades que possuem contradições típicas de um capitalismo desorganizado, que desvincula a produção da reprodução social (Santos, 2005), são na realidade manobras que levam as cidades a conflitos de problemas habitacionais, de criação de guetos, de diminuição dos espaços públicos e que colocam a exclusão social como um paradigma dominante desta realidade. Sendo assim, vão surgindo os enclaves segmentados, ou seja, os enclaves habitacionais, os enclaves comerciais, enclaves tecnológicos e administrativos. A cidade passa a caracterizar-se por um urbanismo segmentado ou especialmente fragmentado em pequenos territórios permeados destes pedaços de urbanização.

Dito assim, a exclusão social pode ser entendida não somente pela falta do capital, mas sim a possível perda dos vínculos relacionais ou interpessoais que fazem tornar ainda mais difíceis o acesso à cidade.

Ao buscar refletir sobre a racionalização do discurso urbanístico e as práticas urbanas, Certeau (1994) escreve que talvez as cidades estejam se deteriorando no mesmo tempo que os procedimentos que as organizam. Dentro das cidades existem lugares organizados por operações especulativas e classificatórias, em que combinam-se gestão e eliminação. E este sistema de lucro,

gera uma perda que, sob as múltiplas formas da miséria fora dele, e do desperdício dentro dele, inverte constantemente a produção em “gasto” ou “despesa”.

Entretanto o que vale a pena entender na reflexão feita por Certeau é a constatação que a organização funcionalista da Cidade, que se tornou marco totalizador dos discursos estratégicos, econômicos e políticos, deixa a vida urbana sempre remontar aquilo que o projeto urbanístico dela excluía.

Nas palavras de Certeau (1994: 61):

“A linguagem do poder “se urbaniza”, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico [...] a cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossíveis de gerir.”

A expansão espacial da pobreza cresce em grandes escalas, e simultaneamente cresce o mercado imobiliário especulativo. Entretanto ainda sim, emergem novas alternativas. Por isso, quais são as alternativas utilizadas pelos movimentos sociais urbanos, que combatem a perversa exclusão e a segregação territorial presente na crise urbana? Que tipo de estratégias e saberes por parte destes movimentos podem servir para diminuir o placar desigual contra os excluídos dos padrões mínimos de uma qualidade de vida na cidade? Quais experiências coletivas demonstram-se capazes de contribuir com esta questão urbana, apontando novas políticas de produção do ambiente urbano? As perguntas ainda se fazem em maior quantidade que o número de respostas, mas é importante ressaltar que a compreensão deste fenômeno urbano, exige a união de diferentes saberes e perspectivas.

2.4. Antagonismo do Lugar: Barcelona, Coimbra e Belo Horizonte

É preciso ressaltar desde o início que as cidades de Belo Horizonte, Coimbra e Barcelona, possuem uma gama de diferenças significativas na realidade de seus espaços públicos urbanos. Significa dizer que não se pretende aqui, nenhum tipo de pesquisa comparativa, mas sim, de encontrar nas impressões retiradas dessas cidades, aquilo que se constata em muitas outras, ou seja, diferentes formas de representação para o espaço urbano, mais especificamente acerca das experiências de luta urbana orientadas em reconhecer a diversidade de usos entre os seus usuários.

Na realidade os conflitos e contradições existentes sobre a questão da terra não são novos. E de acordo com uma análise mais sistemática¹² colocada por Santos (2010), estes conflitos foram constituídos, em termos modernos, pela questão do colonialismo, e, portanto está conosco desde o século XV.

Desse modo, ao falar dos conflitos de terra, as relações sociais, os (re)ordenamentos territoriais e sua relação com as dinâmicas da globalização, é preciso estar atento a quatro perspectivas de análise (idem). Sendo elas: A questão da titulariedade da terra; A redistribuição da terra; O uso da terra; A terra como cultura e espiritualidade (a terra dos antepassados, os territórios sagrados, as religiões praticadas em montanhas, árvores, ou seja, a questão da natureza e sua dimensão espiritual).

Neste trabalho iremos dar atenção especial ao terceiro item, ou seja, a questão do uso da terra, sobretudo no espaço urbano das cidades citadas acima. Antes é preciso compreender que a questão aqui discutida é complexamente atravessada pelos assuntos relacionados com a distribuição da riqueza, recursos naturais, a biodiversidade, com as injustiças sociais e com as conflituosas relações existentes entre desterritorialização e re-territorialização, discutida no texto anterior. E para não tornar o assunto exaustivo e perigosamente relativista, iremos examiná-lo em três perspectivas que já foram iniciadas na análise de três diferentes teóricos.

Dito assim, abordar tais problemáticas contemporâneas a partir da discussão de três propostas analíticas sobre o espaço, sendo elas: Heterotopias (Foucault), Não-Lugares (Augé) e Etnopaisagem ou Ethnoscape (Appadurai), foi indispensável para compreender que tais análises tornaram-se referências

¹² Aula proferida no programa de Doutorado em Pós-Colonialismo da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra em 16.04.10

inspiradoras e incontornáveis (Silvano, 2001) na compreensão das transformações decorrentes da idéia de lugar.

2.4.1. Heterotopias

Ao afirmar a variedade de relações das quais constituem os lugares, Foucault (1984) aponta a questão entre espaço e poder. Segundo ele, as *heterotopias* – são lugares que estão fora de todos os lugares, mas, entretanto são localizáveis na sociedade – seriam como o contrário das *utopias* - espaços que não possuem lugar real. Enfatiza ainda que todas as sociedades podem apresentar algum tipo de heterotopia, embora com formas diferenciadas.

Os lugares onde hoje se colocam alguns indivíduos com algum comportamento fora das “normas” exigidas denominam se *heterotopias de desvio*. Apresenta como exemplos as casas de repouso, os hospitais psiquiátricos, as prisões e os lares da terceira idade (Silvano, 2001). Certamente um simples passeio pelas cidades aqui destacadas, Belo Horizonte, Coimbra ou Barcelona revelaria a existência de alguns, ou vários, desses lugares.

Atento ao fato de que as sociedades, ao longo do tempo, podem fazer funcionar heterotopias com características diferentes, Foucault apresenta o exemplo do cemitério. Apresenta que até meados do séc. XVIII os cemitérios, entendidos como espaços sagrados, situavam-se no coração das povoações, ao lado da igreja, ou seja, no círculo central da cidade. A partir do séc. XIX os cemitérios são deslocados da sua centralidade para ocupar espaços periféricos.

Outras comparações são utilizadas para exemplificar a dinâmica das heterotopias. No entanto, nota-se que Foucault à sua maneira, conseguiu atingir naquela altura, conclusões semelhantes com aquelas realizadas atualmente. É o caso do princípio que se refere à função das heterotopias.

“Bordéis e colônias são dois tipos extremos de heterotopias. E se pensarem que no fim de contas o barco é um bocado de espaço flutuante, um lugar sem lugar, que vive por si próprio, que está fechado sobre si próprio e que ao mesmo tempo é deitado ao infinito do mar e que de porto em porto, de margem em margem, de bordel em bordel, vai até as colônias procurar o que elas guardam de mais precioso nos seus jardins, compreendem porque é que o barco foi para a nossa civilização, desde o século XVI até aos nossos dias, não apenas, evidentemente, o maior instrumento de desenvolvimento

econômico (...) mas a maior reserva de imaginação. O navio é a heterotopia por excelência. Nas civilizações sem barco, os sonhos esgotam-se, a espionagem substitui a aventura e a polícia os corsários.” (Foucault, *apud* Silvano, 2001: 74)

Foucault atribui ao navio como sendo a heterotopia por excelência. Encontra-se abaixo (ver Figura-1) um exemplo de como as heterotopias continuam a se reproduzir na sociedade, tendo sido alteradas os seus personagens e papéis. Dessa forma, é possível imaginar que os proprietários dos veículos denominados *autocaravanas*¹³ - veículo automóvel concebido e apetrechado para servir de habitação - seria um exemplo daquilo do que aqui chamamos de heterotopia?

Fig. 1- Autocaravana



Muito mais do que buscar respostas para a pergunta feita acima, é necessário ressaltar que desde á muitos anos, as mudanças no modo de produzir lugares são atravessadas pelo poder de aquisição, tendo a mobilidade como forte componente motivadora. E nessa lógica a Cidade pode ser lida como espaços privilegiados de heterotopias. Podem ser elas, de resistência, de desvio, de controle. Pioneiramente Foucault conseguiu avaliar este pensamento que inclui a questão do uso espaço e os sentidos que lhe são atribuídos, avaliando como suas transformações decorreram com o passar dos tempos.

¹³ Calcula-se que circulam pelas estradas européias cerca de 2 milhões de autocaravanas. Na Espanha calcula-se que entram no país 450 mil autocaravanas todos os anos ano, correspondendo assim a mais de 1 milhão de turistas, grande parte deles na época baixa. Em relação a Portugal venderam-se no ano de 2008 cerca de 739 Caravanas / Autocaravanas. Ver mais: www.caravanas.pt/

Passamos agora para outra abordagem feita por Marc-Augé sobre os lugares e não-lugares, considerada aqui de grande contribuição para o entendimento construído acerca dos modos de usos do espaço.

2.4.2. Não-Lugares

As contribuições feitas por Marc-Augé (1992) no seu livro *Não-Lugares* questionam e ajudam a compreender como a observação dos lugares e também dos não-lugares, são atravessadas por situações cada vez mais complexas na sociedade contemporânea. O autor trava uma difícil tarefa de questionar a partir dos aspectos relacionados com as articulações da cultura contemporânea, especialmente a partir da noção de *lugar antropológico* e *não-lugar*, qual a capacidade que a antropologia do espaço na visão contemporânea, possui em observar, interpretar e analisar a cultura e a sociedade atual.

Observando situações cotidianas deste mundo cada vez mais excessivo em seus códigos, símbolos e referências, Augé (2007) ensaia suas impressões destacando que é preciso pensar a cultura, a diversidade, a identidade, sempre em movimento, nunca de maneira fixa. Sendo assim, a questão colocada em seu livro teve como questionamento o verdadeiro grau de apreensão das sociedades complexas a partir do método antropológico.

Apresentando as oposições entre o *lugar antropológico* (espaço criador de identidades, fomentador de relações interpessoais, com tempo e espaço definidos) e os *não-lugares* (espaço não relacional e de passagem, sendo este incapaz de dar forma a qualquer tipo de identidade) Augé sugere uma nova compreensão sobre a contemporaneidade diante do deslocar da discussão do método para o objeto.

“A questão das condições de realização de uma antropologia da contemporaneidade deve ser deslocada do método para o objeto (...) há que dar atenção às mudanças que afetaram as grandes categorias através das quais os homens pensam a sua identidade e as suas relações recíprocas.”
(Augé *apud* Silvano, 2001: 77)

E para entender os desafios globais resultantes destes novos contextos Augé (2007) sugere o conceito de *sobremodernidade* ou *supermodernidade*.

A grande hipótese defendida por ele é que o conceito de sobremodernidade, serve para dar uma idéia de continuidade. “A palavra pós-moderna me parece mais descritiva que analítica, mas podemos entender o que acontece desde a supermodernidade, desde o excesso” (Binde, 2008).

Desse modo, com o advento de três figuras de excesso, sendo elas: o excesso de tempo, o excesso de espaço e o excesso de individualismo, estariam de certa forma esvaziando a paisagem urbana de sentido.

“É a estes deslocamentos do olhar, a estes jogos de imagens, a estes esvaziamentos da consciência que podem conduzir, em meu entender, mas desta feita de modo sistemático, generalizado e prosaico, as manifestações mais características daquilo que propus chamar “sobremodernidade”. Esta impõe com efeito às consciências individuais experiências e provocações muito novas de solidão, diretamente ligadas ao aparecimento e à proliferação de não-lugares.” (Marc-Augé, 2007: 79)

Ao tratar das questões do excesso de tempo, excesso de espaço e do excesso de individualismo, refletidas por Marc-Augé, a investigadora Filomena Silvano (2001) ressalta que organizar o mundo atual a partir da categoria tempo, tornou-se algo complexo e sem sentido. A sociedade está acelerada, assim como a tecnologia que produz. A história se acelerou de tal forma que tudo se torna acontecimento, ou, vistas as coisas de outro ponto de vista, por haver tantos acontecimentos já nada é acontecimento.

Uma análise semelhante ocorre no caso do excesso de espaço. Graças à mobilidade de pessoas, bens, informações e sobretudo de imagens, sentimo-nos implicados com o que se passa nos pontos mais remotos do planeta (Silvano, 2001: 79). Uma sensação de como o mundo tivesse contraído. E aponta ainda o excesso de individualismo, na qual por um lado o atual mundo mediático contribui para o enfraquecimento das referências coletivas (*idem*) e porque as singularidades (dos objectos, dos grupos de pertença) organizam cada vez mais a nossa relação com o mundo.

Sendo assim os *não-lugares* compreendidos como espaços não relacionais, não históricos como o caso dos aeroportos, auto-estradas, os pontos de trânsito, as ocupações provisórias, surgem em oposição aos lugares antropológicos. São não-lugares por acolher, mesmo que provisoriamente, homens e mulheres que pela intolerância de nossa ordem social (Binde, 2008), viram-se constrangidos à expatriação urbana.

“Um mundo em que se nasce na clínica e em que se morre no hospital, em que se multiplicam, em modalidades luxuosas ou inumanas, os pontos de trânsito e as ocupações provisórias (as cadeias de hotéis e os squats, os clubes de férias, os campos de refugiados, os bairros de lata prometidos à destruição ou a uma perenidade em decomposição), em que se desenvolve uma rede cerrada de meios de transporte que são também espaços habitados, em que o freqüentador habitual das grandes superfícies, das caixas automáticas e dos cartões de crédito reata os gestos do comércio “mudo”, um mundo assim prometido à individualidade solitária, à passagem, ao provisório e ao efêmero.” (Marc-Augé, 2007: 67)

Dito de assim, Augé contribui para apontar a necessidade de alargamento das escalas de intervenção da antropologia do espaço. Deslocando da escala exclusivamente local – associada justamente à noção de lugar antropológico – à escala regional, nacional, global – que manifestam pertinências específicas (Silvano, 2001) para analisar as novas formas contemporâneas de percepção dos espaços.

Seria possível afirmar que os Não-lugares de Auge (2007), podem compreender ainda os lugares ocupados por um coletivo de pessoas em busca de moradia? Poderia ser a ocupação do movimento Sem Teto (ver Figura - 2) da cidade de Belo Horizonte, e de diversos outros lugares do Mundo, um exemplo?

Fig. 2 - Ocupação urbana Dândara – Belo Horizonte – Brasil



(foto do autor)

2.4.3. Etnopaisagem

Os contributos dos questionamentos e teorias de Arjun Appadurai (1996) somam-se de maneira indispensável aos pensamentos colocados anteriormente por Foucault e Augé. A sua perspicácia em desmontar conceitos epistemológicos da etnografia, e a sua confrontação crítica com as transformações do mundo contemporâneo, possibilitou uma visão analítica mais flexível do espaço.

De maneira mais direta Appadurai questionou a construção antropológica da idéia de nativo e mostrou como ela esteve associada à de lugar. Para a etnografia clássica, cada nativo tinha o seu próprio lugar (Silvano, 2001) concebido como uma unidade espacial, social e cultural. Essa associação entre nativo e lugar, organizadora da prática do pensamento antropológico, conduziu, segundo Appadurai, a um encarceramento discursivo do nativo.

Foi necessário também neste estudo desconstruir esse mimetismo do olhar. E neste exercício analítico, Appadurai contribui utilizando a paisagem como apoio para demonstrar os fluxos globais que caracterizam a contemporaneidade. Este exercício foi atrás de recorte semelhante. Para isso foi preciso deslocar este olhar localizado e confrontá-lo com as realidades e olhares das pessoas dotadas de mobilidade, ou seja, que não estão presas a um lugar específico. Portanto podemos compreender a idéia de etnopaisagens, ou *ethnoscapes* como:

“Por “ethnoscape”, eu entendo a paisagem de pessoas que constroem os mundos mutáveis em que vivem (turistas, imigrantes, refugiados, exilados, trabalhadores estrangeiros e outros grupos e indivíduos móveis), constituem uma característica essencial do mundo e aparecem para afetar a política das (e entre) nações, num grau até aqui sem precedentes. Com isto não quero dizer que não existem comunidades relativamente estáveis, tal como redes de casamentos, amigos, trabalho e lazer, ou formas de filiação por nascimento, residência e outras. Quero dizer que a urdidura dessas estabilidades está sujeita às agressões da mobilidade humana, porque cada vez mais pessoas e grupos se relacionam com a realidade de se terem de mover ou com a fantasia de se quererem mover.” (Appadurai, *apud* Silvano, 2001: 88)

Assim, a proposta de trabalho desenvolvida em volta do significado da palavra etnopaisagem, visou responder a questões colocadas em dois campos diferenciados. O primeiro, de acordo com Silvano (2001), tem um carácter epistemológico, diz respeito ao trabalho de terreno e à representação antropológica da cultura e do social. Favorece uma desmontagem da idéia de

nativo, associada à de lugar. Esse exercício leva Appadurai a apelar para uma desterritorialização da observação e do olhar. O segundo diz respeito às transformações que afetam as sociedades, os territórios e as formas de reprodução cultural dos grupos identitários do mundo contemporâneo.

Visto assim, estes questionamentos contribuíram para aproximar as transformações da realidade nas quais a etnografia se debate e, estabelecer uma visão mais flexível do espaço, em que as fronteiras – tidas não como separação de espaços estáveis, mas como algo deslizante e poroso (Silvano, 2001) – surge para redimensionar as pesquisas e os modos de fazer etnografia. “Com grupos migrantes, reagrupados em novas localidades á reconstruir as suas histórias e a reconfigurar os seus projetos étnicos, o *ethno* em etnografia toma forma num deslize, numa qualidade não localizada. As práticas descritivas da antropologia têm de responder a tudo isso” (Appadurai, 1996: 48).

Entende-se que estes questionamentos críticos, elaborados acerca da etnografia tradicional diante dos lugares e das pessoas que o habitam, sofrem na cultura contemporânea a influência de novos valores, comportamentos, estilos de vida, e de modo algum devem estar fechados em dimensões concretas e tampouco universalizantes. Ao contrário, seguem possivelmente a mesma tendência da mobilidade, ou seja, está em constante deslocamento. Certamente que as pesquisas relacionadas com tal temática, necessitam captar os impactos e resultados destas transformações.

Nesse sentido, os conflitos existentes na maneira como as cidades de Belo Horizonte, Coimbra e Barcelona, produzem o espaço urbano - atualmente sob a égide da descentralização econômica e política, com forte presença e domínio especulativo dos setores imobiliários, muitos vezes voltados à manutenção de espaços de usos especializados, sobretudo para atender a demanda de mercado - oferecem diferentes possibilidades de encontrar, além das práticas, expressões de resistência e luta por novos modos de uso do espaço urbano (melhor desenvolvida nos capítulo III e IV deste trabalho).

Isso porque seja em Belo Horizonte, Coimbra ou Barcelona, o espaço público se revela como o local onde a sociedade desigual e contraditória expressa seus conflitos. Mas é possível constatar ainda que os espaços públicos estão cada vez mais sendo substituídos pelo espaço de consumo? O que falta compreender na lógica que a cada dia produz mais espaços públicos vazios, completamente carentes de equipamentos, limitados nas suas possibilidades de uso?

A questão que parece desafiar os diferentes profissionais, investigadores e agentes que discutem o espaço urbano é que ainda falta muito para se ter um

esboço teórico das contradições urbanas. Especialmente por que a cidade não é apenas fruto da racionalidade e dos diferentes tipos de planejamento. A cidade é resultado da justaposição de camadas históricas, com particularidades nos domínios da sociedade, economia e cultura (Gonçalves, 2006) por vezes, corporizadas em instituições, arquitetura, desejos e desenhos urbanos específicos.

3. Cidades e Cenários da reivindicação: Atores e Contextos de transformação urbana

Quando Durkheim¹⁴ destacou que o espaço pode ser abordado tanto como uma representação, quanto da perspectiva de uma realidade material revelou de forma simples que, o olhar criterioso da sociedade e suas relações espaciais, necessitam a integração de ambas as dimensões.

Definido assim, que o espaço é indissociável da sociedade que o habita deve-se procurar nas relações estabelecidas entre ambos, o exercício para um entendimento dos tipos de organização do espaço que apresentam.

A cidade e seus espaços permitem diferentes formas de escrita e produção de conhecimento. A impossibilidade de uma descrição exata das relações sociais que tomam o espaço urbano extravia a reflexão deste trabalho para uma narrativa que se complementa com as pequenas experiências de quem aqui escreve.

Na dinâmica citadina existem diversas possibilidades de encontrar conhecimento, história, entretenimento, negócios, troca de experiências, serviços, produtos, mobilidade, bem como a ausência de direitos, presença de conflitos, insegurança, violência, dentre outros. Repousam ainda no espaço urbano vivências diferenciadas, formas contraditórias de solidariedade e estratégias múltiplas de lidar com as diferenças culturais.

Apesar da tentativa ousada de captar saberes voltados para as diferentes performances atribuídas ao uso do espaço urbano, especialmente da cidade de Barcelona, ao final percebe-se que estes espaços não podem ser narrados em sua completude. Por isso, foi preciso encontrar na experiência de outros autores, os fragmentos que apontam a maneira como a cidade de Barcelona ao longo da sua história foi metamorfoseando seus espaços, suas formas de uso e inclusive as representações que lhe foram concedidas. Pra isso, foi preciso ir ao encontro das narrativas que representam este espaço, bem como de atores e práticas que na paisagem urbana se desenha.

¹⁴ A noção de espaço coloca, em Durkheim, o problema das relações entre morfologia espacial, quer dizer plano objetivo, ou material, e simbólica social, quer dizer plano subjetivo ou cultural, concretizado nas representações coletivas ou no sagrado das sociedades. Assim, o espaço social encontra-se na interface entre causalidades materiais, por um lado, e relações funcionais, por outro. Se o plano morfológico se pode analisar em termos de densidade material, o outro plano pode dizer-se em termos de densidade dinâmica ou moral. Quando o primeiro se modifica, as transformações repercutem-se pouco a pouco nas representações coletivas; dotadas de autonomia, estas reestruturam-se no longo prazo e induzem, por sua vez, um equilíbrio no espaço social (Remy, 1991: 33).

3.1. A Cultura ocupa lugar: Interseção de diferenças culturais na representação do espaço urbano

A cidade de Barcelona é hoje, como tantas vezes antes, uma cidade assediada. Assédio que, segundo o investigador Manuel Delgado (2007), ocorre devido a um conjunto de aspectos, que se relacionam principalmente com o “capitalismo financeiro internacional que descobriu neste território uma fonte de enriquecimento, inspirado em converter a capital catalã em um artigo de consumo com uma sociedade humana dentro”.

A realidade histórica desse contexto relaciona-se com um conjunto de transformações do espaço urbano, na qual a Cidade de Barcelona foi palco. Entre as principais tendências em matéria de políticas urbanas de regeneração, desenvolvidas desde os anos setenta em cidades da Europa ocidental, afetadas pelo processo desindustrializador (Bianchini, 1993), a Cultura passou a ocupar um amplo e importante papel na regeneração de Barcelona (Balibrea, 2003).

No contexto pós-industrial, a centralidade que a Cultura viria a desempenhar como fonte de políticas urbanas de regeneração, requalificação e sobretudo com a descoberta de novos nichos para as grandes empresas do entretenimento, voltadas para o turismo (idem), auxiliou a cidade de Barcelona a converter-se num local central e privilegiado para as indústrias do lazer e da cultura.

Uma imagem que a cidade construiu ao apostar no paradigma que compreende na transformação urbana, uma possibilidade de melhorar a atratividade e a posição estratégica da Cidade (Delgado, 2007).

A aposta num cenário urbano aberto ao encontro do teatro, pintura, literatura, dança, música, entendidos como tradicionais¹⁵, somaram-se ainda as artes que nasceram como indústrias, como o cinema, TV, vídeo, publicidade, moda e design. E foi justamente neste novo contexto, que “a cultura redefine-se na sua capacidade de incluir tudo aquilo que tenha que ver com o consumo da cidade: museus, comida, música, espetáculos, centros comerciais, a atmosfera nas ruas, tudo contribui para o negócio da cultura (Balibrea, 2003: 33).

¹⁵ Ver mais em Balibrea (2003).

Mas o que interessa aprofundar neste texto é, em que medida as diferenças culturais entre habitantes, passageiros, imigrantes, turistas (grande número destes dois últimos provenientes de outras cidades e continentes) ao interagir, ou não, cotidianamente no espaço urbano da cidade, possibilitam a formação de um novo sentido para o lugar? Quiçá algo que se aproxime com o *Sentido Global de lugar*, colocado por Doreen Massey (2000). A resposta certamente não é nada simples, e se houver alguma, não estará por completo neste trabalho.

Iniciar uma análise, sobretudo teórica sobre as diferentes dinâmicas de uso do espaço urbano, assim como da complexa interseção das identidades culturais presentes nestes espaços, quiçá necessite a desconstrução de algumas narrativas que por vezes, colocam o espaço urbano como se este estivesse desconectado das relações de poder que nele co-habitam.

Ao buscar explorar melhor este tema e os aspectos importantes da teorização do espaço na teoria pós-modernista e feminista, Gupta e Ferguson (2000) - motivados pelas noções de vigilância, panopticismo, simulacro, desterritorialização, hiper-espaço pós-moderno, fronteiras e marginalidade - orientam seus trabalhos na premissa de que os espaços sempre estiveram interligados hierarquicamente, em vez de naturalmente desconectados. Desse modo, a mudança cultural e social não se torna mais uma questão de contato e de articulação cultural, mas de repensar a diferença por meio da conexão.

Dito assim, ao trazer para o primeiro plano, a distribuição espacial de relações de poder hierárquicas, pode-se entender melhor o processo pelo qual um espaço adquire uma identidade distintiva como lugar. Não nos esquecendo de que as noções de localidade ou comunidade referem-se tanto a um espaço físico demarcado, quanto a agrupamentos de interação, isto é, a identidade de um lugar surge da interseção entre seu envolvimento específico em um sistema de espaços hierarquicamente organizados (idem) e a sua construção cultural como comunidade ou localidade. Assim, trata-se de enxergar, em que medida a compreensão de que os espaços são autônomos permitiu que o poder da topografia ocultasse a topografia do poder (Gupta e Ferguson, 2000: 33-34).

Assim, apresenta-se aqui uma pequena mostra de imagens que contracenam, expressando algumas dicotomias (fig. 3-4) nos modos de uso do espaço urbano das cidades, especialmente no cenário de Barcelona.

fig. 3 - edifício "okupado" - Barcelona



fig. 4 - edifício restaurado ao lado de edifício abandonado - Barcelona



(fotos do autor)

Certamente que muitas cidades possuem uma imagem própria, provavelmente construída sócio-historicamente com os traços e contribuições de diversos personagens. Mas a cidade de Barcelona é tão diferente de outras cidades?

A maneira como Barcelona se destaca frente a essas dinâmicas globalizadoras, confere um refinamento, ou melhor, nas palavras de Delgado (2007) uma “presentación del producto”. Esse refinamento seria a consequência de um cuidado extraordinário na aposta de uma falsa vitória sobre as patologias urbanas e uma enganosa eficácia na hora de produzir bem-estar. Essa tem sido a chave do êxito (idem) na hora de vender sua imagem. Na passarela das cidades-*fashion* Barcelona segue como modelo de “cidade moderna”.

Fig.5 - Torre Agbar –Barcelona -



Fig.7 – MACBA - Barcelona



Fig. 6- Edifício Média Tic - Barcelona



Fig.8 - Plaça Catalunya - Barcelona



A Cidade visivelmente expressa seus traços arquitetônicos modernos. Seja na Torre Agbar (fig.5) construída pelo arquiteto Jean Nouvel, utilizando diferentes materiais como alumínio, concreto, vidro, aço, pertence atualmente a Companhia das Águas de Barcelona. Como o Edifício Média Tic, (fig.6) de Enric Ruiz Geli que conflui uma espécie de “incubadora” de empresas e atividades tecnológicas de investigação. O voluptuoso museu de arte contemporânea – MCBA (fig.7). E a maior e mais central praça de Barcelona, a Plaça Catalunya (fig.8). No entanto, ao lado dessas imagem-êxito (Delgado, 2007) de Cidade, co-habita outras realidades.

No entanto existem outras expressões e traços que contracenam nesta mesma realidade. Há uma necessidade de enfrentar os resultados de uma usurpação capitalista da cidade, expressada através da especulação massiva a favor do mercado. Como também é preciso avançar nas soluções para o problema crônico da moradia, e principalmente com os aspectos relacionados com a arquitetura sistemática (*idem*) de todo o espaço coletivo.

Apesar de toda a tecnologia disponível, além de uma imagem ampla e atraente ao turismo internacional, contrasta com esta realidade um conjunto de problemas semelhantes á de outras cidades. A realidade de uma parcela pobre da população que estão excluídos desse êxito urbano. Esta parcela traz consigo a dura realidade de imigrantes, desempregados, que lutam por espaço e pelo reconhecimento de sua condição de cidadãos. Ver (fig. 9).

Fig.9 - banco 24h - Pessoas dormindo durante à noite - Barcelona



(foto do autor)

Neste século XXI grandes desafios estão surgindo para as Cidades. No caso do espaço urbano de Barcelona, os mais relevantes são: O aumento da diversidade cultural; a crise do espaço público (privatização); a passagem de bem cultural para produto cultural (cultura vista como geradora de riqueza); e por último a crise no consenso urbano – a cidade como projeto (Jordi Martí, 2006). E ainda hoje, Barcelona assiste à sua terceira onda migratória (*idem*), que amplia a diversidade e traz novos desafios relacionados ao emprego, educação, saúde e moradia.

Este mesmo modelo de projeto foi questionado por Delgado (2007). Modelo esse que também afeta a realidade de outras cidades do mundo, todas elas objeto de requalificações massivas ao serviço dos interesses das grandes

corporações multinacionais. Talvez possa ser perceptível a boa parte daquelas pessoas que passeiam ou circulam por Barcelona que, a cidade respira e exala expressões culturais. Mas será que existe também a compreensão que a cidade atualmente possui uma dominação e concentração econômica nos espaços urbanos?

Ao que tudo indica, conforme Barcelona foi se especializando em fazer das políticas culturais, o motor central de regeneração da cidade (Balibrea, 2003) certamente com o apoio das indústrias de serviços, de estratégias de marketing turístico, de investimentos público-privado, a cidade acabou por tornar-se o próprio produto a vender dentro de uma economia global.

A concepção romântica e exotizadora do país, com a “cultura mediterrânea”, suas praias, o apelo ao sol, o folclore, e também a oferta turística especificamente urbana (idem), ofereceu a Barcelona uma distinguível diferença no mercado capitalista da indústria cultural. Consta-se que as grandes cidades cada vez mais, têm atribuído grande importância ao patrimônio cultural da cidade e as diferentes possibilidades de fazer deste patrimônio uma forma de atrair novos investimentos e turistas.

Dito assim percebe-se que o patrimônio cultural e as cidades históricas, passaram a ocupar lugar de destaque na vida cotidiana e na economia, na qualidade de pontos nodais de um sistema mundial de circulação de pessoas, signos e capitais (Arantes, 2000). E o resultado deste processo têm levado um crescente número de cidades históricas e de sítios naturais a buscarem o reconhecimento oficial pela Unesco de sua importância como bens do patrimônio cultural.

Fig. - 10 e 11 - Casa Batlló - obra restaurada por Antoni Gaudí. - Ponto turístico - Barcelona (Foto Dia - Noite)



(fotos do autor)

Para demonstrar um pequeno exemplo da força do investimento em Turismo destacado na Cidade de Barcelona, podemos começar observando a as figuras acima (foto 10-11). A Casa Batlló faz parte do Patrimônio Mundial da UNESCO. Esta localizada no *Paseo de Gràcia*, na chamada *Ilha da Discórdia*, num bairro modernista da cidade de Barcelona. Foi construída no período 1875 a 1877. Atualmente é um símbolo turístico de visitação, tanto de dia quanto de noite. O notável brilhantismo arquitet nico quiçá seja o pilar de tantas visitações. Quanto aos seus usos e práticas, poderíamos considerar que todo o seu potencial está dirigido ou limitado a alguns personagens urbanos.

Nas megacidades estes processos têm adquirido intensidade e características complexas. Acrescenta-se ainda (Arantes, 2000: 7) que “de maneira semelhante ao aumento da circulação de bens materiais e simbólicos, ampliaram-se consideravelmente as rotas, o volume e a mobilidade das pessoas que, de maneira legal ou clandestina atravessam as fronteiras internacionais em busca de trabalho, de oportunidades, de melhores condições de vida e da realização de sonhos”.

Mas constata-se também a arte na rua (fig.12). E de acordo com Martí (2006) só recentemente¹⁶, se percebeu que o turista não vai a Barcelona apenas para visitar seus museus e salas de concerto, que não possui acervo e nem tradição similar aos demais cong neres nas capitais européias, mas sim pelo ambiente da cidade e pelo espaço público que ela oferece.

Fig.12 - Exposição “Arte na Rua”- tema: Augustine Rodin a Barcelona



fotos do autor

Basta realizar uma visita até a região central da cidade de Barcelona para constatar a quantidade de pessoas oriundas de diferentes países que circulam e utilizam o espaço urbano da cidade. Ao descrever sobre como o espaço urbano de Barcelona   disputado por diferentes atores como turistas, residentes,

¹⁶ Martí, J (2006) – Relato de Seminário – ver mais em: <http://forumpermanente.incubadora.fapesp.br/portal/painel/palestras/aulasp-jordi-marti> - data da ultima visita – 30.03.10

imigrantes de diversas etnias, Limonad (2005) ressalta que a proliferação de locutórios com serviços de fax e de remessa de dinheiro e encomendas para diversos rincões do mundo, aos quais se somam mini-mercados de produtos típicos e restaurantes especializados são indicativos da forte presença de imigrantes hindus, paquistaneses, orientais, além de latino-americanos de diversos países, que geram uma pressão crescente nos serviços e equipamentos públicos de saúde e educação pública (Limonad, 2005: 3).

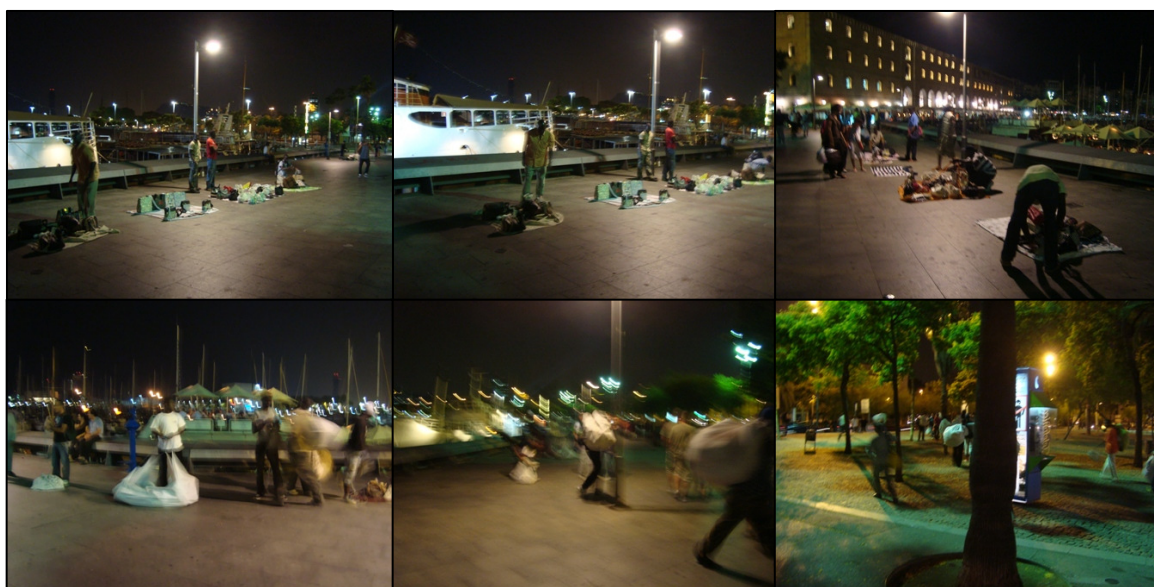
De acordo com pesquisas do Instituto Nacional de Estatísticas da Espanha, a região da Catalunya, registra um aumento da sua população¹⁷ e atualmente possui uma comunidade de aproximadamente 7.504.881 pessoas. Deste número, é quase incerto afirmar, mas alguns dados (Silva, 2008) apontam que a quantidade de pessoas imigrantes aproxima-se dos 15% da população. Mas é preciso estar atento sobre a imprecisão destes dados, uma vez que existem atores que ficam de fora da pesquisa. Possivelmente não estão contabilizados nestes, os imigrantes ilegais, que não possuem o título de residência. Sobre estes últimos, é possível afirmar apenas que alguns e algumas, trabalham à margem dos seus direitos, e por isso vendem sua força de trabalho conforme a necessidade em que vivem.

Uma conversa com algumas pessoas imigrantes poderiam revelar muito mais do que os números aqui informam. Um exemplo dessa dinâmica da exclusão (i) lógica, que ocorre nos espaços urbanos, foi captado em uma noite num ponto da cidade.

¹⁷ www.ine.es – Não é especificado se tais números incluem a sua região metropolitana - último acesso em 06.04.2010

Ao passar em frente ao espaçoso *Paseo de Juan de Borbó*, (sequência de fotos fig.13) foi possível perceber o momento em que um grupo de imigrantes trabalhadores (vendedores de artesanatos, sapatos, bolsas, etc.) dispersaram na multidão, instantes antes da chegada da polícia local. Este local que é utilizado pelo grupo de imigrantes como espaço de “trabalho temporário”, convive lado a lado com os luxuosos barcos, regatas, e outras navegações que utilizam o espaço como estacionamento.

Fig. 13 (sequência de fotos) - trabalhadores imigrantes em Passeig de Juan de Borbó - Barcelona



(fotos do autor)

No início do século XXI, muito se houve falar da quebra das fronteiras e o questionamento de algumas relações de poder (Massey, 2000; Arantes, 2000), no entanto, será que tais transformações estão contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento de valores democráticos e a universalização dos direitos de cidadania? Quais os Sentidos e Sociabilidades que são atribuídos aos espaços urbanos desses grandes centros?

Como estes aspectos são influenciados por todos estes atravessamentos culturais, chegando ao ponto de nos confundir se somos verdadeiramente usuários ou consumidores do espaço urbano? É preciso seguir algumas pistas que se apresentam no espaço urbano, e o próximo texto foi á procura de algumas delas.

3.2. Arte na Cidade: Espaços públicos, Graffiti e mani(festa)ção cultural

Este texto tem o intuito apenas de apresentar o interessante universo da arte urbana, sobretudo da arte de rua, dos locais de passagem e dos espaços públicos urbanos. Na realidade constitui uma tentativa de trazer para a visibilidade urbana, alguns discursos colocados e expressados á margem, ou a “baixo” na complexa hierarquia do planificar urbano.

Para tanto, foi preciso captar alguns olhares e imagens (in) visíveis na Cidade, que manifestam suas revoltas, aspirações e inspirações por “algo” no ambiente urbano mais alegre, ou no mínimo diferente.

Fig. 14 - Graffiti - Lisboa

A imagem ao lado reflete um discurso (individual, bem como possivelmente coletivo) daqueles e/ou daquelas que se sentem, por um motivo ou outro, invisíveis no espaço urbano das Cidades. Neste caso, a foto tirada na Cidade de Lisboa, mas poderia ser encontrada em outra Cidade?



(foto do autor)

É possível afirmar que este espaço urbano estaria manifestando uma pintura da insatisfação acerca da sociabilidade urbana contemporânea? Seria muito cedo pra concluir, mas nem tanto pra iniciar o diálogo acerca das manifestações que tomam a cidade como tela para reclamar novos lugares, usos, sons, e sobretudo visibilidades.

Podem ser saudade expressada em versos, (fig.15) de um tempo que passou ou então, que ainda nem sequer chegou.

*“Tinha os gestos inocentes,
Seus olhos viam no fundo
Mas invisíveis serpentes
Faziam-a ser do mundo
Tinha os gestos inocentes” (s/n)*

Fig. 15 - Graffiti - Lisboa



A inovação de um espaço comercial (totalmente mecanizado e sem a presença permanente de funcionários) voltado para a venda de alimentos e bebidas. Nada muito estranho na paisagem urbana de algumas cidades europeias, não fosse a sátira do stencil ao lado que diz: “Os ricos que paguem a crise”.(fig.16)

Fig. 16 – Espaço comercial - Coimbra



(foto do autor)

Em outros contextos, o uso do espaço público foi utilizado para trazer a memória de tempos passados, e impedir que a luta iniciada por outros (as) personagens, tombasse no tempo e no esquecimento. As fotos (17 a 20) retomam a revolução de Abril de 1969, e trazem a memória da crise universitária manifestada em Coimbra. O medo e a repressão daquele momento pode relembraada nas figuras abaixo.

Fig. 17 – escadas monumentais - Coimbra



Fig. 19 – (Largo Dom Diniz)

Fig. 18 - (idem)

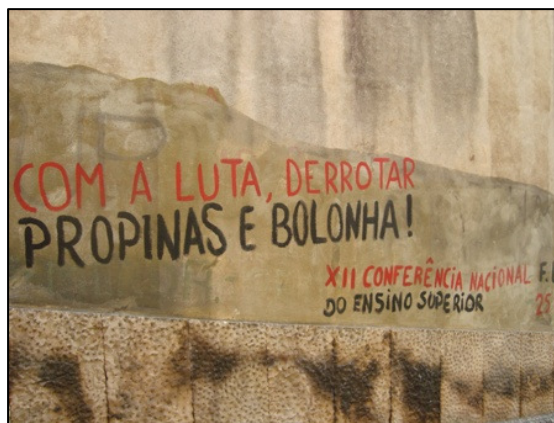


Fig. 20-Escadas monumentais (fotos do autor)

Fig. 21 - "Pela educação bolonha não!" - Coimbra



Fig. 22 - "Com a luta derrotar propinas e bolonha!" - Coimbra



(fotos do autor)

É possível encontrar pistas e memórias de uma insatisfação nos espaços acadêmicos, mesmo estando fora dele. Tal luta pode ser retomada e emoldurada com outras paisagens e interesses coletivos. O atual plano de Bolonha (fotos 21-22) é alvo de críticas e manifestações por diferentes segmentos da universidade. A afirmação gradual de uma “subcultura estudantil”, dotada de crescente autonomia (Bebiano, 2003), surge no espaço oferecendo visibilidades para o que antes se mantinha restrito à alguns grupos, especialmente aos acadêmicos.

Mas os olhares registrados em diferentes formas de intervenção no espaço público, podem configurar inclusive a realidade de diferentes atores (foto 23 e 24) que utilizam o espaço urbano como uma “alternativa de local” para expressar seu trabalho. Mesmo sabendo das grandes dificuldades e repressões que tais práticas sofrem no cotidiano urbano. Estes personagens são, antes de qualquer classificação, um convite a curiosidade do olhar e dos ouvidos, para as artes de rua que ocupam os espaços urbanos. Elas estão presentes em muitos lugares, mas por vezes passam invisíveis aos nossos sentidos.

Fig. 23 - Ribeira - Porto



Fig. 24 - Estação metro - Barcelona



(fotos do autor)

Outros contextos e paisagens, de uso do espaço urbano para diferentes expressões culturais, podem ser captados nas exposições públicas das feiras de recriação histórica, (foto 25-26) que decorrem em diferentes Cidades. Especialmente nas cidades europeias, retomam momentos de música e diversão, bem como relembram épocas ainda mais difíceis.

Fig. 25 - Feira Medieval - Coimbra - Portugal



Fig. 26 - Feira Medieval - Praga - Rep. Tcheca



(fotos do autor)

Um passeio por estas feiras, especialmente àquelas de caráter medieval, permite-nos re-construir simbolicamente o cenário vivido há tempos atrás, e demonstra ainda que, muitas mudanças ocorreram entre sociedade e os modos de uso do espaço urbano. Porém, nota-se ainda a supremacia de um uso do espaço destinado para o comércio, para as trocas, e para os momentos destinados à diversão da população.

As festas populares como no caso da Queima das Fitas (fotos 27 e 28), desde 1889 ao trazer a temática da crítica social e os questionamentos sobre o futuro político¹⁸, contribuem para visibilizar no espaço, as mani(festa)ações atuais. Sabe-se que seus objetivos e impactos são de outra natureza, até porque se trata de um evento festivo circunscrito na esfera acadêmica. No entanto, não passam despercebidos quando se trata de uma crítica sobre os regimes políticos atuais, e o questionamento sobre os modos contemporâneos de governação urbana.

Fig. 27- Festa Queima das Fitas - Coimbra



Fig. 28 - (idem)



(fotos do autor)

¹⁸ Ver mais sobre a Queima das fitas. <http://www.queimadasfitas.org>

Finalizando este passeio, repousamos nosso olhar nas exposições que se utilizam da natureza (eucaliptos vivos), para esculpir outros saberes e novos pontos de interpretação sobre o indivíduo e o espaço¹⁹. Como no caso da exposição permanente de figuras urbanas (figuras 29 a 31), localizados no Parque Lagoa do Nado, na Cidade de Belo Horizonte.

Fig. 29 - Pq. Lagoa do Nado - Belo Horizonte



Fig. 30 - (idem)



Fig. 31 - (idem)



(fotos do autor)

¹⁹ Obra do artista plástico Thibau. Esculturas desenvolvidas diretamente no tronco de eucaliptos.

4. Cidade (Re) Conquistada

4.1. Compreendendo o Movimento de Okupação

“A experiência urbana contemporânea propicia a formação de uma complexa arquitetura de territórios, lugares e não-lugares, que resulta na formação de contextos espaço-temporais flexíveis, mas efêmeros e híbridos do que os territórios sociais identitários”. (Arantes, 1997)

De início é importante colocar que o termo Okupas²⁰ foi popularizado pela imprensa espanhola para denominar os grupos de pessoas, normalmente de jovens que, organizados, ocupam casas vazias, fábricas e galpões abandonadas (Silva, 2008) e por extensão, de espaços urbanos em desuso.

Nas cidades espanholas o movimento de okupação surge por volta da década de 1980 justamente quando acontece a primeira crise importante do movimento de bairro e cidadão (López, 2007) que protagonizou grande parte do período de transição do regime ditatorial para o regime democrático. Os ativistas okupas eram fundamentalmente jovens que colocaram em prática estilos de vida e ideais que se haviam propagado durante as décadas anteriores por outros países europeus.

E diante o fato de não existir uma palavra equivalente à inglesa *squatters*²¹, os grupos optaram por Okupas (escrito com k), que reúne na mesma palavra contracultura e punk, e se diferencia de “ocupa” pelo conteúdo político e social de denúncia da situação e da dificuldade de acesso à moradia (Rudy, 2010) e a escassez de espaços de sociabilidade e lazer nas cidades.

Contudo destaca-se também que existem alguns obstáculos no momento de conceituar e representar o fenômeno da okupação urbana. Tais obstáculos se colocam na medida em que algumas bibliografias (Argilés & Lopéz, 2004; Silva,

²⁰ Escrito com a letra k, para diferenciar as suas ações de outras ocupações e remete ainda a uma aproximação com a cultura Punk (Rudy, 2010).

²¹ O Movimento *squatter* nascido na Europa durante a década de 1960 - envolto pelo fervor da contracultura - práticas associadas ao ato de ocupar que buscam uma oposição a cultura dominante, especialmente nas formas de produzir, consumir, relacionar-se socialmente e decidir politicamente (López, 2007). Propunha enquanto alternativa à falta de moradia, a invasão de casas ou apartamentos fechados ou abandonados. Abandono este que atrelado à especulação imobiliária, tinha como estratégia manter estes imóveis “(...) apenas para que se valorizem e possam ser vendidos num momento de bom preço” ou que se deteriorem rumo uma demolição facilitada para no seu lugar abrigar residências luxuosas.

2008) apontam que de alguma maneira os protagonistas da ocupação urbana, inclusive de outros países, não se consideram como um “movimento social”. Acreditam alguns teóricos (Argilés & Lopéz, 2004) que isto se relacione a uma rejeição das conotações relacionadas a esta expressão e suas ligações com movimentos mais formalizados como o caso do movimento ecológico, pacifista, ou ONG’s em geral. Ainda sim, tal fator não impediu que na Espanha fosse criada uma auto-definição “*posmoderna*”, (*idem*) para os movimentos de ocupação.

O movimento de ocupação na Cidade de Barcelona compreende tanto a ocupação de casas vazias para servirem de moradia coletiva, como também de imóveis como galpões e indústrias abandonadas, destinadas geralmente a servirem como Centros Sociais Okupados e Autogestionados (CSOA). Neste trabalho, a ocupação será retratada a partir da experiência etnográfica vivida neste último.

A razão para tal recorte analítico se deve ao fato que no movimento ocupação, os Centros Sociais Okupados e Autogestionados adquiriram uma maior relevância pública em relação aos imóveis okupados apenas como moradia (*idem*). Apesar de compreender que ambas as realidades buscam uma alternativa á necessidade de moradias acessíveis, além de denunciar a especulação imobiliária e a luta por outras formas de vida e modos de uso do espaço urbano.

De qualquer modo vale apontar que a ocupação de moradias não é algo novo. Na verdade pode ser entendida como um fenômeno urbano paralelo ao acelerado processo de urbanização e crescimento das cidades, representando um retorno às tradicionais ocupações coletivas de fábricas e fazendas no repertório de ação do movimento de trabalhadores e movimentos camponeses (Argilés & Lopéz, 2004: 22). De forma lúcida e sintética, diferentes autores contribuem para um conjunto de possibilidades de entender o movimento de ocupação:

“Se podría presentar al movimiento de okupaciones, em consonância con ese énfasis, como um movimiento *rizomático*: con múltiples conexiones entre los “puntos” de las redes, sean éstos personas, ideas, acontecimientos o espacios; con una evolución no lineal a base de rupturas, reconstituiciones y alianzas; con la apertura de nuevas posibilidades de expresión, de entrada, de metamorfosis (Deleuze y Guattari, 1977). O como um movimiento *inmediatista*: criticando las fuentes y efectos de poder más próximos, rechazando utopias e ideologías que proyecten a un futuro lejano la liberación de las dominaciones actuales (Foucault, 1982). O como um movimiento generador de *situaciones revolucionarias y de zonas temporalmente autónomas*: creando consejos obreros que saquen a la clase obrera de su alienación, experimentando com el diseño urbano para promover el encuentro comunitario (Debord, 1976), protestando contra la dominación capitalista con insurrecciones de “terrorismo poético”, usando la música y el ridículo, garantizando la invisibilidad e invulnerabilidad de quien protesta” (Bey, 1985) (López, 2007: 227).

Este seria um exemplo de um movimento social que resiste a maneira como os espaços urbanos têm sido produzidos e os diferentes modos de uso que lhes são atribuídos? É o que se busca compreender. Mas antes de prosseguir, denota-se ainda que suas práticas de ação coletiva colocam-se no exterior das esferas das instituições públicas/privadas estabelecidas.

Ao apresentar as linhas de fuga para a reconstrução histórica do movimento de okupação em Espanha, em seu texto *El movimiento de Okupaciones: Contracultura Urbana y Dinâmicas Alter-Globalização* (López, 2007) apresenta três importantes aspectos para a compreensão do movimento. O primeiro seriam os contextos e mecanismos “catalizadores”, na qual aprofunda quem são os protagonistas do movimento e os contextos que estes exprimem.

“Los jóvenes que iniciaron y expandieron las okupaciones por distintas ciudades a lo largo de la década de 1980 y 1990 estuvieron influidos por experiencias semejantes en otros países europeos, pero, sobre todo, por un contexto propio de desempleo, precariedad laboral, dificultades para el acceso a la vivienda y para desarrollar opciones culturales con independencia de instituciones estatales o de organizaciones formales”. (López, 2007: 228)

A primeira fase do movimento (1980-1995) é um período que compreende desde as primeiras okupações de moradia reivindicadas publicamente como ação de protesto pelos jovens (*idem*), até a aprovação do código penal chamado “de la Democracia” na qual se sanciona como delito penal tanto a okupação de imóveis abandonados como a insubmissão ao serviço militar.

Isso não impediu que nas cidades como Madrid, Barcelona, Zaragoza, Bilbao e Valencia, comesçassem a multiplicar as okupações de moradia. O que por sua vez possibilitou ainda o surgimento de novos formatos de okupação.

Conforme foram aumentando as experiências, surgiram novos espaços que além de servirem de moradia, cederam lugar também para outras atividades como concerto de música, biblioteca, atividades de dança, teatro, ou seja, um espaço que mais tarde viria a ser chamado de Centro Social Okupado e Autogestionado – C.S.O.A.

A segunda fase (1996-2000) teve início logo após o movimento de okupação sofrer forte repressão política, judicial e policial a partir da aprovação do código penal de 1995 que incrementa sanções e perseguições a esta prática (López, 2007: 228). Ainda que o autor afirme que durante nos anos posteriores á

aprovação do código, aumentaram tanto os desalojamentos como as okupações e sua repercussão midiática.

“La acumulación de fuerzas y experiencias, y los sucesivos reemplazos generacionales en el movimiento, dan lugar a CSOA que ya se constituyen en los principales puntos de articulación de todas las okupaciones, actividades contraculturales y movimientos sociales relacionados con ellos (...) con la entrada en vigor del nuevo Código Penal, algunos CSOA desafían abiertamente el nuevo marco legal y político, incrementando su presencia pública, sus repertorios de protesta y sus alianzas. Aumenta también la resistencia pasiva y activa a los desalojos, con más enfretamientos en la calle con las fuerzas policiales. La “batalla del cine princesa” en Barcelona, la muerte de un okupa en el desalojo de un teatro en Valencia, o los sucesivos desalojos y reokupaciones del “gaztetxe” de Pamplona, desatan el interés de la mass media y de las autoridades por el movimiento, produciéndose un salto cualitativo en cuanto a su visibilidad pública.”(López, 2007: 230)

Já na terceira fase (2001-2006) o movimento percebe a força dos CSOA. No entanto, nota-se com exceção da área metropolitana de Barcelona e de distintas cidades do País Basco (López, 2007) um leve desaparecimento das okupações. O fato é que algumas bibliografias e a ausência de pesquisas mais diretas não deixam claro se a diminuição das okupações estaria ligada aos mecanismos jurídicos de repressão criados para combater o movimento. Apesar das instâncias judiciais em alguns casos agirem com mais benevolência com os protagonistas da okupação, evitando que penas de prisão fossem aplicadas (*idem*) o que se percebe neste período é que os processos de desalojamento se produzem de forma mais acelerada e com mais repressão.

“Sin embargo, la fuerza y transcendencia pública del movimiento se han conseguido gracias a los centros sociales okupados y autogestionados (CSOA) en los que las funciones de vivienda se han integrado, subordinado o eliminado, a favor de una amplia gama de actividades contraculturales, políticas y productivas abiertas a otros movimientos sociales y a sectores de población (...) a medida que el movimiento se fue expandiendo, diversificándose las redes sociales implicadas y adquiriendo experiencia sus participantes e activistas, el movimiento okupa comienza entonces a abarcar, trazando nuevas alianzas, a centros sociales no okupados y a organizaciones sociales de un amplio espectro del movimiento alter-globalización o de los Barrios y ciudades donde se habían desarrollado okupaciones”. (*Idem*: 229)

A grande questão que abarca todos estes períodos e que certamente ainda se percebe hoje, é que inexistem mecanismos ou organizações na plataforma

política do Estado, que visem atender as demandas e reivindicações do movimento de okupação. Pelo contrário, as que existem na verdade são voltadas a combater as práticas e criminalizar as atividades colocadas em ação pelos participantes deste movimento.

Explicar a evolução histórica do movimento de okupação na Espanha ajuda a entender o fenômeno, mas ainda é preciso ampliar o diálogo, afinal tal realidade existe em outros países, sobretudo da Europa desde a década de 1960 (Rudy, 2010), como em cidades da América Latina. Podemos citar o caso da Ocupação Caracol²², na cidade de Belo Horizonte - Brasil, que durante quase um ano, resistiu colocando em prática uma sequência de atividades no espaço ocupado.

Este exercício pode contribuir para evitar análises superficiais que de acordo com López (2007), por vezes centram suas análises em: a) nas análises que denotam apenas o entendimento do movimento de okupação como usurpação da propriedade imobiliária privada, b) ao caráter subcultural ou marginal dos ativistas okupas (okupação como uma “tribo urbana”) e c) o caráter juvenil deste movimento social, que atribui à ação coletiva uma idéia passageira e transitória, restringida á necessidades ou ás inquietudes temporais de alojamento dos jovens em sua etapa de emancipação familiar

Para evitar prolongamentos e direcionar a produção desse conhecimento podemos identificar os locais na Cidade, onde o movimento de okupação urbana destaca suas atividades.

As localizações urbanas que fomentam os movimentos de okupação orientam-se na direção dos espaços atrativos para a prática de especulação imobiliária, ou seja, podem incluir os centros históricos urbanos, as áreas de reconversão industrial, fábricas vazias, zonas de renovação urbana com “grandes projetos” terciários ou residenciais (*idem*), como também a diversidade de outros casos como em bairros periféricos ou recentes, galpões industriais, escolas, quartéis, igrejas, instalações ferroviárias, etc.

No que diz respeito à dimensão cultural, ou seja, ao conjunto de atividades culturais e contra-culturais que buscam construir espaços alternativos, existe a necessidade de discursos mais radicais (*idem*), já que os espaços urbanos “livres” de hoje, são mais escassos que os de antigamente, e a proximidade física do poder os obriga a adotar atitudes de resistência ativa frente aos contínuos desalojamentos.

A dificuldade em traçar um conceito único e geral para os movimentos de okupação, talvez, relaciona-se ainda com o fato deste fenômeno não reduzir sua

²² Entrevista concedida por ativista das Brigadas Populares da Cidade de Belo Horizonte.

luta e ideologia em uma reivindicação, ou seja, apenas á necessidade de moradia nos centros urbanos. A denúncia do movimento encontra-se numa constante reflexão e luta por novos espaços urbanos capazes de se opor as diferentes dominações da sociedade capitalista, bem como a especulação imobiliária, a segregação dos espaços de lazer, a individualização, a privatização, o controle social, o militarismo, a manipulação informativa e o desenvolvimento desigual.

Sobretudo é importante enfatizar apesar das dificuldades conceituais, este trabalho optou por encontrar as concepções empíricas que valorizaram o conhecimento retirado de dentro e sobre os espaços okupados na cidade de Barcelona, destacando sempre que possível suas dinâmicas cotidianas e sua relação com os contextos externos ao espaço okupado.

Mesmo compreendendo que o caráter acéfalo deste movimento reúne identidades e projetos em constante mutação (Argilés & Lopez, 2004) o que permite falar de várias gerações de jovens okupas. Na atualidade, boa parte dos jovens ativistas integram-se num movimento antiglobalização ou alter-globalização (idem) precisamente numa vertente mais crítica contra o capitalismo neoliberal.

Ainda sim é preciso analisar, bem como fizeram os autores acima, que tais lutas por necessidades matérias básicas, assim como a luta frente ao aumento de opressões sociais (precariedade laboral, especulação imobiliária, controle social, etc.) não podem explicar-se automaticamente por macro determinações econômicas ou por simples identidades criadas nos movimentos sociais. É preciso encontrar no caso dos movimentos de okupação as relações construídas socialmente que favorecem ou neutralizam o movimento, identificando e analisando sob á luz da criatividade política e cultural das distintas experiências locais e intervenções urbanas, quais os discursos e propostas que estes manifestam.

Desse modo, entende-se que o movimento de okupação é compreendido enquanto movimento urbano que questiona e oferece alternativas de usos aos espaços urbanos, e no caso deste trabalho, sua dinâmica relaciona-se em analisar no espaço do Centro Social Okupado e Autogestionado, o modo como se estabelecem os diferentes Sentidos de usos para o espaço, relacionando o conjunto de práticas e atividades com os indicadores que contribuem para novas funcionalidades e reconhecimento para o uso do espaço urbano em questão.

Não se trata aqui de desmontar todo o contexto histórico do movimento de okupação. Até porque este trabalho já foi bem realizado por outros investigadores (Martínez, 2002b; Pruijt, 2004; López, 2007). Busca se na verdade uma aproximação do contexto de produção e uso do espaço okupado, compreendendo seus Sentidos e dinâmicas de uso.

Para captar este contexto foi preciso adentrar no universo das práticas colocadas pelos ativistas da okupação. Além disso, fez-se necessário ainda uma leitura crítica sobre a relação existente entre o movimento de okupação e os meios de comunicação em massa. Tal leitura buscou desvencilhar a análise aqui produzida do conjunto de representações estigmatizantes acerca do movimento. Com apoio especialmente dos meios de comunicação alternativos (contra-informação) produzidas pelo próprio movimento, foi possível aproximar as ambigüidades e divergências existentes nessa relação.

Por isso passamos agora a compreender um pouco mais sobre os Centros Sociais Okupados.

4.2. O Centro Social Ocupado e Autogestionado – C.S.O.A

Considero importante neste texto ao invés de uma descrição exaustiva e descritiva dos CSOA, redimensionar a escrita para uma narrativa mais voltada para o imaginário da reflexão. Isso porque é possível que o conjunto vivido de sensações, emoções, descobertas, encontros e desencontros, experimentados e registrados no diário de campo²³, durante a convivência neste Centro Social Ocupado e Autogestionado, dificilmente possa ser transcrito precisamente para este papel.

Vale destacar que o intuito deste texto não é fazer uma análise estrutural dos CSOA, e sim, traçar um percurso à luz da observação participante realizada durante o tempo de convivência no C.S.O.A “La nave espacial” na região central de Barcelona.

No entanto, mantém-se o compromisso em demonstrar como tal experiência possibilitou uma experiência etnográfica surpreendente sobre outros lugares urbanos. Este exercício ofereceu-me a desmontagem de alguns pressupostos tidos como certos sobre a okupação de espaços e imóveis urbanos em desuso. Bem como apontamentos que demonstram a existência de alternativas aos usos e Sentidos atribuídos aos espaços urbanos das grandes cidades, onde quase sempre dominam as paisagens dos espaços públicos (de passagem, mobilidade, estatais) ou privados (lojas, shoppings, centros comerciais).

Ao ser convidado para ir conhecer “La Nave espacial” um centro social ocupado, voltado para a promoção de atividades e intervenções culturais, fiquei sensivelmente entusiasmado. A “Nave” (termo espanhol utilizado para referir-se a

²³ Procedimento tido como prática indispensável pelos manuais de etnografia (Caria, 2002).

galpões, ou edifício grande de teto alto e sem divisórias) havia me sido anunciada com empolgação por um dos companheiros okupas que conheci na Cidade.

Neste espaço okupado ocorre diariamente a prática de diferentes oficinas, sendo elas: oficinas de dança (hip-hop, flamenco, break) música (percussão) teatro, fotografia, escultura, exposições oficinas circenses (trapézio, malabares, acrobacias) Yoga, shiatsu, equilíbrio corporal, massagem, costura, oficinas de recreação infantil, intercâmbio de conhecimento, oficina de alimentação e preparo de alimentos saudáveis, oficinas desportivas, capoeira, aikido, ensino de idiomas, além de espaços equipados com mesas de ping-pong, espaços de convívio, dentre outros.

Ao chegar à frente da entrada do C.S.O.A, houve certo estranhamento, afinal, a fachada (fig.32) remetia para uma fábrica antiga, ou coisa semelhante. Trata-se de um galpão antigo que por fora ainda mantém sua típica estética de imóvel de uso industrial. Entretanto, por dentro, não me atreveria a dizer o mesmo.

Fig. 32 - Entrada C.S.O.A "La nave" - Barcelona



(foto do autor)

No início meus olhos percorriam todos os lugares e estímulos que ali se apresentavam. A ansiedade em sacar a máquina de fotografia e despejar flashes em tudo que me interessava, foi logo percebida e controlada. Contudo, no início da minha experiência, a sensação de estar num lugar desconhecido, e na minha consciência, prematuramente ainda entendido como um lugar “okupado”, dotado de certa “ilegalidade”, causava-me uma ligeira preocupação neste local, ainda por conhecer. Percebi neste momento uma sensação que poderia ser um dos primeiros motivos, na qual boa parte das pessoas não se permitiram adentrar

naquele espaço. Afinal, para isso era preciso ultrapassar este muro interno, invisível e construído moralmente, seja através das notícias e relatos que nos falam cotidianamente e desvirtuadamente acerca dos espaços okupados, ou, seja pelo aspecto estético externo, que nos mimetiza perceber aquele espaço enquanto uma antiga fábrica. Para muitos, visto como um espaço “ilegal” e ocupado, mas que poucos se deixam por à prova.

Feliz de ali estar, comecei a estudar minhas estratégias de aproximação com aqueles e aquelas que utilizam diariamente o espaço para suas diferentes práticas culturais.

Uma vez percorrendo o espaço do C.S.O.A, fui tomado por um acúmulo de atividades, dando a impressão que aconteciam quase simultaneamente, gerando um ambiente de harmonia e contato. Neste local (figs. 33 a 36), as diferentes práticas culturais por vezes apresentam uma simbiose de diferentes faixas etárias e etnias.

Fig. 33 - Espaço interno C.S.O.A - La Nave - Barcelona



Fig. 34 – (idem)



Fig. 35 - (idem)



Fig. 36 - (idem)

(fotos do autor)

Na tentativa de controlar as observações ali iniciadas, optei em separar as notas do diário de campo em duas colunas. Num lado, aponte as observações descritivas acerca do uso do espaço, ou seja, tudo aquilo que factualmente era possível compreender como algo interessante a ser obtido do campo. No outro, dediquei a uma tentativa conscientemente difícil de exprimir, o conjunto de emoções e reações ali experienciados.

“As notas metodológicas devem cumprir também o objetivo de autovigilância do investigador: vigiar o seu próprio autoconhecimento, no confronto de si com um meio social que o provoca nas suas concepções e nos seus hábitos. É aqui que o registro escrito deixa transparecer o caráter de experiência radical do conhecimento que a etnografia constitui” (Fernandes, 2002: 34).

A companhia de um livro foi essencial para tomar nota de outras experiências etnográficas, realizadas por outros pesquisadores. Isso possibilitou acalmar um pouco a ansiedade comum a muitas pessoas que se dedicam a fazer uma etnografia (Caria, 2002). Uma vez participando da dinâmica de uso do espaço do C.S.O.A era o momento de iniciar os primeiros contatos e diálogos, saber daqueles que diariamente freqüentem o Centro social, como percebem, vivenciam e o utilizam.

Nos primeiros momentos de contato com o espaço, questioneimei-me se o fato de conhecer antecipadamente um ativista okupa, facilitou a minha recepção e presença no espaço do C.S.O.A. Receio que sim, mas na impossibilidade de encontrar naqueles instantes, a visita de um “visitante de primeira viagem” fez com que a dúvida permanecesse. Ainda assim, outras dificuldades cotidianas foram surgindo, colocando sempre em causa a minha capacidade de lidar com aquele novo ambiente. Aos poucos, fui adentrando neste outro universo espacial, demarcado por diferentes símbolos, sentidos, personagens e cotidianos.

4.3. A perspectiva construída de dentro do espaço

No pequeno texto abaixo, encontra-se parte de um comentário de um companheiro de okupação ao responder alguns dos questionamentos feitos sobre a dinâmica de uso do espaço dos C.S.O.A.s.

“Acredito que você precisa sair um pouco deste lugar de investigador para que seja possível entender melhor a okupação, digo isso porque percebo sua preocupação em querer absorver os dados pra sua pesquisa, no entanto, é preciso se integrar e viver mais do que tentar recolher todos estes dados.” (Ativista okupa, 2010)

De início houve certo desconforto ao ouvir tais palavras, no entanto, com o passar do tempo fui percebendo a real dimensão deste comentário. Percebi que era preciso redimensionar a observação participante, ou seja, sair deste posicionamento e encontrar outro, desprovido da ansiedade da pesquisa.

As primeiras pistas deste exercício estavam ao meu lado. Tomei uns malabáris que estavam deitados de lado num canto do centro social okupado e deixei-me levar pela complexa coordenação que estes exigem. Passado alguns dias, um pouco mais à vontade no ambiente e com a língua espanhola mais fluente, iniciei os primeiros diálogos e entrevistas com usuários (as) do Centro Social Okupado e Autogestionado.

Ao refletir com os atores coletivos da okupação sobre como estes (as) compreendem os diferentes Sentidos de utilização dos espaços urbanos okupados, surgiram novas pistas para compreender em que medida suas intervenções e práticas interferem ou transformam novos modos de uso do espaço urbano. Diferentes apontamentos foram levantados. Para tanto, as análises das informações recolhidas necessitou a estratégia de elencar as principais características atribuídas ao espaço.

A análise das entrevistas e observações sobre o uso do espaço do C.S.O.A, em conjunto com outros usuários (as), apontou diferentes Sentidos de uso do espaço urbano, sendo eles:

- **A idéia de uso do espaço aberto a toda comunidade**
- **Espaços e atividades para as crianças de todas as idades**
- **Oportunidade de conhecer novas pessoas**
- **Informação sobre oportunidades de emprego e lazer**
- **É possível aprender²⁴**
- **É possível treinar gratuitamente**
- **É possível promover espetáculos grátis**
- **Comida com preço justo (barato)**

²⁴ Oficinas de dança (hip-hop, flamenco, break) música (percussão) teatro, fotografia, escultura, exposições, oficinas circenses (trapézio, malabares, acrobacias), Yoga, shiatsu, equilíbrio corporal, massagem, costura, oficinas de recreação infantil, intercâmbio de conhecimento, oficina de alimentação e preparo de alimentos saudáveis, oficinas desportivas, capoeira, aikido, ensino de idiomas, além de espaços equipados com mesas de ping-pong, espaços de convívio, dentre outras oficinas gratuitas.

As primeiras análises desse estudo revelam que dentro da dinâmica de uso do espaço do C.S.O.A – “La nave espacial”, apresentam-se outras formas alternativas de estar e sentir o espaço urbano. Não é um espaço público construído pelos governos municipais e estaduais, no entanto podem possuir características que vão além desses espaços. Características que favorecem usos amplos e intervenções diversificadas. Espaços que dificilmente são retratados de forma positiva pelos diferentes meios de comunicação em massa (Silva, 2008). Ao contrário, é comum encontrar informações (Martínez, 2002) que vinculam a okupação ao consumo de drogas, ao parasitismo de seus componentes e a ligação entre grupos armados e o movimento okupa.

Nas perspectivas de outros autores, (Rudy, 2010; López, 2007) tais espaços servem na realidade como uma “alternativa” que procura questionar e transformar os diferentes espaços públicos da cidade.

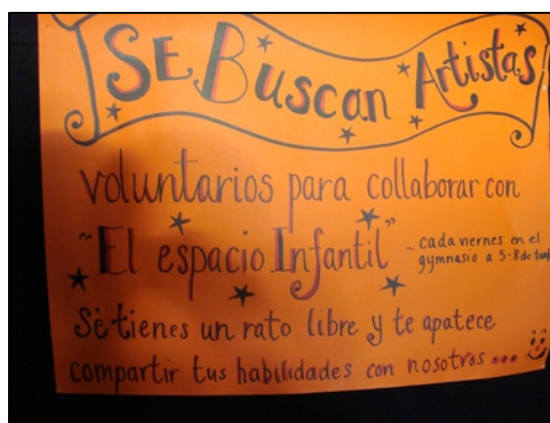
A criatividade coletiva presente neste espaço agrega certo “estilo de vida” que não é atribuído somente aos anarco-punks, e que segundo López (2007: 237) pode relacionar-se com as formas de expressar-se, vestir, falar, praticar música, denunciar publicamente, etc, bem como socializar-se, (consumo cultural, organização de eventos, de viagens) e ainda de organização social para a participação (assembléias, campanhas de protesto e mobilização, inclusive de apoio a imigrantes).

Esse ambiente de “Identidades Nômades” (López, 2008), favorece o surgimento de uma transversalidade de Sentidos e Usos para o lugar. Uma alteridade do espaço que imprime usos solidários do espaço e dinâmicas culturais inovadoras.

E essa possibilidade de um espaço especialmente demarcado e aberto á todos (as) aqueles (as) que desejam utilizá-lo para as diferentes práticas culturais, desportivas, políticas, entre outras²⁵, denota que o espaço urbano a favor de um bem coletivo ainda é possível. Diferente dos espaços reservados para o uso “cultural” mediante á prioridade do lucro.

Soma-se ainda, além das diferentes atividades apresentadas acima, outras credibilidades como espaços de diversão infantil, espaços

Fig. 37 – Cartaz C.S.O.A - Barcelona



²⁵ Festivais, exposições, cursos, jornadas reflexivas sobre a temática da okupação, etc.

de convívio entre diferentes culturas, espaços de informações sobre oportunidades de trabalho e lazer. Nestes espaços o dinheiro não é um ingresso de acesso, já a solidariedade e o voluntariado (fig. 37) somam-se às atividades. A autogestão e as assembléias para discutir as estratégias de ação do coletivo, caracterizam-se como ferramentas indispensáveis no desenvolvimento desse processo.

Poderia ser este espaço, um espaço de contra-uso (Leite, 2007), que contribui para combater as desigualdades sócio-espaciais presente nas dinâmicas de enobrecimento e *gentrification*, que se ocultam através das políticas de requalificação urbana? A análise desenvolvida aqui aponta algumas possibilidades.

O fato é que essa organização de atividades culturais, artísticas, e os debates e protestos sobre diferentes temas, acabam por integrar o C.S.O.A. a outras redes de movimentos sociais. Conferindo a este movimento uma composição mista de ativistas (López, 2007). Desse modo o movimento de ocupação tem estimulado tanto formas de organização política voltados para o âmbito da democracia direta, buscando a máxima participação e estimulando o debate via assembléia (idem) contra as práticas autoritárias de poder. Como também tem favorecido a abertura de espaços de liberdade para expressar práticas e críticas à cultura dominante de uso do espaço urbano.

O uso de redes virtuais de informação, ou “contra-informação” (fig.37), como websites, blogs, revistas, boletins, panfletos (fig.38), contribuem com os protestos colocados em questão por diferentes movimentos de crítica a ordem capitalista. Reconhecido como um movimento alter/antiglobalização (idem) o fato é que todas essas estratégias contribuem para que este movimento possa pensar globalmente e agir localmente.

Desse modo, constituem-se redes internas de relação social entre as distintas okupações, com outras organizações sociais, contribuindo para garantir tanto a continuidade dos projetos quanto dos ativistas.

Fig. 37 - Mural de "contra-informação"okupa Fig. 38 - "contra informação on-line"



O que se destaca dentro da lógica de okupação de espaços urbanos, especialmente no caso de Barcelona, é o fato destes espaços favorecerem novas mentalidades e congregar interesses comuns como viajar, relacionar-se com outras pessoas, estabelecer contatos com outras culturas e com outras maneiras de ver as coisas. Mas muito mais do que isso, possibilita interceptar ativistas e criatividades.

É importante ressaltar que este trabalho no fundo resulta da ação de diferentes atores sociais que cotidianamente reinventam as suas dinâmicas e cotidianos, superando obstáculos materiais como a falta de água, luz, eletrodomésticos (tão indispensáveis para muitas realidades), bem como outros obstáculos ainda mais difíceis como falta de emprego, oportunidades de lazer e especialmente a falta de perspectivas futuras.

Diante dessa realidade é preciso perguntar por que em Barcelona é possível encontrar tantas okupações de casas e C.S.O.A? Não existe uma resposta única, mas as aproximações para este questionamento foram trabalhadas durante todo o texto, sendo possível apontar a ligação de diferentes fatores.

O primeiro deles está ligado ao resultado das diferentes políticas públicas e culturais colocadas em vigor no território da cidade (Argilés & Lopéz, 2004) e melhor discutido no terceiro capítulo deste trabalho. A segunda possivelmente está ligada a reivindicação e denúncia política de um uso “antisocial” de tantas edificações vazias (idem) e com ela o desejo de buscar modos de vida alternativos àqueles proporcionados pela dominante sociedade de consumo. A terceira seria a falta de perspectiva financeira da juventude em iniciar uma vida independente, tendo em vista a grande dificuldade em aceder uma moradia e aos espaços de lazer na cidade (idem). Isso justificaria o motivo de grande parte dos Okupas serem formados por jovens?

Em sua análise sobre o movimento okupa, Cancio (2007) ressalta que de modo geral a juventude se encontra imersa em diferentes problemas como o desemprego, a falta de alternativas e a impossibilidade financeira de adquirir uma moradia. Aponta o autor que estes problemas²⁶ são enfrentados de diferentes maneiras entre os jovens. A grande maioria dos jovens posicionam-se de maneira indiferente e passiva frente tal realidade, a outra parcela é menos numerosa, entretanto mostram-se conscientes dos problemas que vivem mas não procuram soluções nem participam das alternativas que buscam transformar tal situação. Por fim, um grupo ainda menos numeroso, como os okupas, estão conscientes e

²⁶ Ver mais em Jesus Cancio (2007). Retirado do website <http://www.okupatutambien.net/?p=69> no dia 24.05.10

comprometidos em lutar para encontrar linhas de fuga capazes de transformar os problemas deste tempo presente.

Outro fator de interesse encontrado na experiência de okupação e captado nas entrevistas com as (os) ativistas okupas, relaciona-se com o surpreendente processo de *Reciclagem*.

De modo sintético, a reciclagem pode se caracterizar tanto de alimentos (Paes, frutas, verduras, legumes), quanto de objetos e materiais (móveis, roupas, eletroeletrônicos, coisas em geral). Não significa dizer que o movimento de okupação considere este o processo apropriado de aquisição de alimentos e objetos. Mas sim, dar visibilidade a esta realidade. Tal dinâmica oferece a muitos okupas a possibilidade de encontrar roupas, móveis, e alimentos ainda saudáveis nos contentores (fig. 39) disponíveis em diferentes locais da cidade. De maneira estratégica ou não, os contentores estão localizados em frente as redes de restaurantes, padarias ou supermercados.

Fig. 39 – Contentores - Barcelona

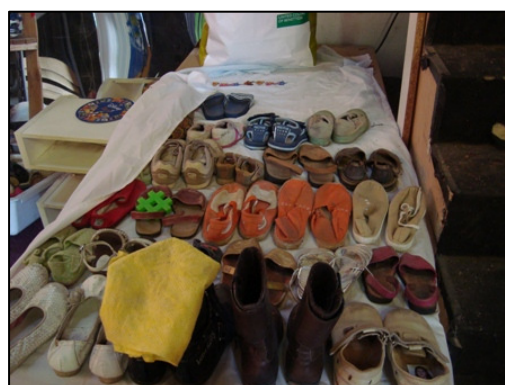


Em conversa com diferentes ativistas da okupação de espaços urbanos, percebi que existe ainda uma forte crítica a este sistema que produz e descarta uma boa quantidade de alimentos e objetos diariamente. Boa parte desse material recolhido (figs. 40-41) fica á disposição daqueles que freqüentam o C.S.O.A.

Fig. 40 - material reciclado



Fig. 41 - (idem)



(fotos do autor)

No entanto tal realidade pode estar ameaçada pelos recentes coletores subterrâneos de coleta de lixo²⁷, em funcionamento em algumas partes da cidade. Este sistema foi construído especialmente para atender aos jogos olímpicos de 1992, mas a idéia está se espalhando pela Cidade. Com este sistema ficaria inviável a recolha deste material reciclado.

Diariamente observei que alimentos saudáveis como pães, frutas, verduras, legumes, iogurtes, etc. são encontrados gratuitamente nos contentores. Diferentes outros tipos de objetos e materiais como: computadores, teclados, guitarra, bateria, baixo, também podem ser encontrados nos contentores de reciclagem. Alimentos e objetos que pra muitos já não possuem condição de serem ingeridos ou utilizados, ou seja, perderam seu valor de uso, antes mesmo de ultrapassar o prazo de validade. Mas para muitos outros, como no caso de alguns ativistas okupas, após pequena seleção ou reparo, servem como um *presente*, capaz de dar início a diferentes experiências musicais, bem como alimentar grandes coletivos.

Contudo é possível que boa parte desse material, útil para muitas pessoas, acabe por ampliar os resíduos sólidos depositados no ambiente, e os alimentos perdidos, mas não pelo tempo ou por sua data de validade, mas pela (i) lógica urbana que rege alguns processos.

A dinâmica das atividades dos C.S.O.A. revela novos e surpreendentes olhares sobre a juventude urbana, bem como, demonstra que a heterogeneidade de atividades sócio-espaciais e políticas colocadas em práticas no C.S.O.A - “La nave espacial” só é possível devido à participação e a autonomia desse movimento urbano. A concretização deste espaço, repleto de outros Sentidos e modos de usos, se constrói sob o pilar participação, da luta e dos esforços por novos espaços e convivências urbanas.

Começar por reconhecer que a ocupação urbana de imóveis em desuso, tendo como principal objetivo a realização de atividades culturais e desportivas, caracteriza-se como o início de um diálogo capaz de poder contribuir com possíveis alternativas aos conflitos que hoje se acumulam no uso do espaço urbano. Conflitos como a falta de espaços para práticas culturais acessíveis em algumas comunidades. Ou então, para o problema de um acumulado de edifícios urbanos vazios e ociosos, que no momento apenas contribuem para a especulação do espaço urbano.

O persistente poder de organização e participação política dos ativistas okupas está contribuindo para a formação de novos modos de uso do espaço

²⁷ Saiba mais em reportagem disponibilizada em: <http://evolucaosustentavel.blogspot.com/2010/05/barcelona-exemplo-de-coleta-de-lixo.html>

urbano, (voltados para práticas culturais, artísticas, políticas) e certamente podem ainda contribuir para os futuros modos de planejar o espaço urbano das Cidades. Mas é preciso ter cuidado para com a cooptação, a institucionalização e a estabilização das alianças (López, 2007), estes, constituem sempre alguns dos perigos que os okupas combatem abertamente.

4.4. Aproximações teóricas sobre o movimento de okupação

Ao buscar estudar as chaves para a compreensão do movimento de okupação na Espanha (Argilés & López, 2004) constatam que o movimento okupa frequentemente têm sido percebido como algo ainda desconhecido e reprimido.

Analisando os destaques conferidos pelos meios de comunicação em massa á respeito dos movimentos de okupação, nota-se que, ao invés de focarem nas suas práticas de intervenção urbana envoltas em dinâmicas de participação e mobilização urbana, em atividades culturais alternativas que denunciam á especulação imobiliária, na luta por moradias acessíveis aos jovens, ao fomento para criação de espaços assentes em dinâmicas não mercantis, os meios de comunicação em massa dedicam-se em grande parte em utilizar uma estratégia de demonstrar apenas os conflitos entre o movimento e as autoridades locais, como exemplo os conflitos com a polícia e os órgãos do Estado responsáveis pelos desalojamentos na cidade.

Tal estratégia de lançar á vista apenas os conflitos com as autoridades locais, certamente formata uma imagem negativa do movimento, e possivelmente, têm impedido o surgimento de um novo olhar sobre o mesmo. Ao buscar compreender como o movimento de okupação vêm sendo interpretado nas diferentes políticas públicas urbanas, constatei semelhante desconhecimento e desinteresse com este fenômeno urbano.

De acordo com Castells (2006), o estudo da política urbana se decompõe em dois campos analíticos *indissolavelmente* ligados à realidade social: *a planificação urbana* sob suas diferentes formas, e os *movimentos sociais urbanos*. De um lado ressalta o estudo da intervenção dos aparelhos de Estado e suas diretrizes sobre a organização do espaço e condições sociais de reprodução da força de trabalho. Do outro, têm-se a articulação das lutas de classes, compreendendo aí também a luta política, no campo de relações sociais, assim definido.

Entende-se por processo de planificação e movimento social:

- *Processo de planificação*: intervenção do político nas diferentes instâncias de uma formação social (inclusive no político) e/ou sobre suas relações, com a finalidade de assegurar a reprodução ampliada do sistema: de regular suas contradições não antagônicas e de reprimir as contradições antagônicas assegurando assim os interesses da classe social dominante e a reprodução estrutural do modo de produção dominante (*idem*).

- *Movimento social*: organização do sistema dos agentes sociais (conjuntura das relações de classe) tendendo a produzir um efeito qualitativamente novo (tanto ao nível das estruturas, quanto das práticas) sobre a estrutura social (Castells, 2006: 374-375).

Desse modo, para o autor acima, todo “problema urbano” se define estruturalmente por seu lugar na conjuntura de um dado sistema urbano, por sua significação social e seu tratamento na prática de que faz parte.

Neste ponto, qual seria o lugar das práticas de okupação urbana nos diferentes formatos de organização social? São práticas invisíveis, ou tornam-se (in) dizíveis por não seguirem a lógica dominante de produção do espaço urbano? A pergunta é demasiadamente complexa, e questiona-se qualquer tipo de resposta generalizada, no entanto existem alguns apontamentos teóricos.

Quando buscou estudar as alternativas à globalização neoliberal e ao capitalismo global (Santos, 2002) produzidas pelos movimentos sociais e pelas organizações não governamentais na luta contra a exclusão e a discriminação em diferentes domínios sociais, Boaventura de Souza Santos colaborou com novos aportes teóricos, que podem auxiliar na compreensão de fenômenos aqui estudados. Ao demonstrar uma crítica ao modelo de racionalidade da razão metonímica, destacando que este modelo produziu e legitimou cinco diferentes formas de não-existência, sendo elas: o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo (Mendes, 2003). Um olhar investigativo á partir da *sociologia das ausências* contribui bastante neste debate. Neste prisma, é possível transformar as experiências produzidas, como ausências em presenças.

“Trata-se de uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como tal, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe. O seu objeto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que a sua simples formulação representa já uma ruptura com elas. O objetivo da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças”. (Santos, 2002: 246)

Visto assim, encontrar nas (in) visibilidades da prática de okupação urbana - além da possibilidade de configuração deste objeto empírico, supostamente invisível - as alternativas de uso do espaço urbano capazes de colaborar contra o contínuo processo de exclusão sócio-territorial, e a passividade dos espaços marcados predominantemente pelo consumo, favoreceu grande parte reflexiva desse trabalho.

O estudo desenvolvido no Centro Cultural Okupado e Autogestionado em Barcelona aponta que tais práticas culturais podem caracterizar-se como credibilidades que não se encontram na maioria dos espaços urbanos das grandes cidades. E por que não valorizar tais experiências sociais de participação e construção do espaço urbano, visando contribuir em diferentes processos de planejamento e produção do ambiente urbano? Para por em prática tal proposta e evitar o gigantesco desperdício de experiência (Santos, 2000) seria necessário propor outro modo de racionalidade aos infinitos planejamentos urbanos.

A começar especialmente pelos meios de comunicação em massa que, contribuem fortemente para estigmatizar o movimento de okupação e auxiliar na repressão vivida por seus atores coletivos. De acordo com o investigador do fenômeno dos Centros Sociais Okupados e Autogestionados, López (2007), a repressão e estigmatização estão dificultando a difusão pública dos projetos contra-culturais, bastante habituais nas okupações como, música alternativa, atividade de formação social e política, autofinanciamento de coletivos e pessoas okupantes, além de ecologia urbana, cybercultura, redes de troca e solidariedade com imigrantes, etc.

O pesquisador James Holston (1996) amplia a reflexão ao trazer uma concepção de “cidadania insurgente”, em que evidência outras formas sociais existentes fora da relação direta com o Estado. Essas formas são encontradas tanto em manifestações organizadas de base, quanto em práticas que de diferentes maneiras, legitimam, parodiam, desordenam ou subvertem as agendas do Estado.

Tais formas estariam relacionadas com a construção incompleta da inclusão social pela via de direitos confirmados e garantidos pelo Estado. Sendo assim, surgem espaços nas Cidades que “caracterizam-se pela heterogeneidade e um continuado processo de adaptação e recriação, carregando com isto a virtualidade das mudanças” (Cunha, *et al*, 2003: 40).

Dito assim, os espaços da cidadania insurgente são múltiplos, e se encontram na interseção entre as forças internas à formação social (*idem*), que pressionam na direção de uma inclusão, e do contraponto de uma segregação cotidiana, pública e privada, e que tende a erodi-la:

“A condição de membro do Estado nunca foi uma identidade estática, dada a dinâmica das migrações globais e das ambições nacionais. A cidadania muda na medida em que novos membros emergem para fazer suas reivindicações, expandindo seu alcance, e em que novas formas de segregação e violência se contrapõem a esses avanços, erodindo-a. Os lugares da cidadania insurgente são encontrados na interseção desses processos de expansão e erosão.” (Holston, 1996: 249.)

Verifica-se que este processo possui uma aproximação analítica sobre a realidade dos Centros Sociais Okupados, pois de acordo com Cunha (2003) os espaços dessa cidadania, incluem tanto o universo dos sem-teto, das periferias auto-construídas, das invasões urbanas e acampamento de mão de obra migrante, como também do contraponto desses excluídos, percebido pelo autor como os condomínios fortificados ou as fortalezas cooperativas. Sendo todos estes “lugares de insurgência (Holston, 1996), porque introduzem na cidade novas identidades e práticas que perturbam histórias estabelecidas”.

Na realidade esses espaços urbanos podem confundir nossos olhos, e ainda podem colocar-se como opostos, mas na realidade demonstram estratégias em que de um lado têm-se, a luta de alguns seres humanos contra as diferentes estratégias de segregação e a falta de oportunidades de emprego, moradia, lazer, etc, e do outro lado, as estratégias de outros seres humanos que cada vez mais se privatizam e fortificam-se, tornando-se, esses últimos, usuários de outros espaços e possivelmente de outras cidadanias.

E conclui dizendo:

“Onde as estruturas de repressão do Estado são particularmente eficazes, como nos Estados Unidos, ou particularmente violentas, como no Brasil, as resultantes erosões da cidadania são particularmente evidentes nas esferas públicas abandonadas e nos espaços públicos em desintegração da cidade. Essa zona de guerra contemporânea compreende não só o terror dos esquadrões da morte e das gangues, mas também o terror das fortalezas corporativas, e dos enclaves suburbanos”. (Holston, 1996: 251)

Sem novidades constata-se neste enquadramento uma forte dicotomia sócio-espacial, marcada fortemente pela idéia do “valor de uso” do espaço, e do “valor de troca” (Lefebvre, 2001). Tais dicotomias alcançam expressões ainda maiores se analisadas á luz da expansão da industrialização e dos processos de desterritorialização que co-existem nos diferentes cenários urbanos.

Entender os atravessamentos dessa dicotomia urbana pode apontar o quanto o planejamento da cidade por vezes desconsidera, ou trata como tema periférico as ocupações e invasões urbanas, tornando ainda mais complexo as estratégias de lidar com este desafio. Ao trazer as discussões sobre as ocupações

dos sem-teto na discursividade das cidades brasileiras, Brito (2001) reflete que na perspectiva do planejamento urbano, os “problemas de moradia” são muitas vezes formulados como “necessidade de projetos habitacionais”, o que desloca os sentidos da causa desses problemas e desvia a discussão do social para questões administrativas, como exemplo o mau gerenciamento, planejamento insuficiente.

Apesar de tudo isso, a boa notícia é que existem profissionais deste campo do saber interessados em descobrir alternativas em relação a este *litígio* sócio-espacial. A abertura para a interdisciplinariedade constatada pela investigadora Leonie Sandercook (1998) aponta alguns caminhos. De acordo com a investigadora, é preciso começar pela necessidade de constatar o que de tradicionalmente na história do planejamento urbano têm sido desconsiderado. E para isso, busca desconstruir (*idem*) a grande narrativa de construção racional da cidade (feita por heróis geralmente brancos e do sexo masculino) projetando-se no oposto à história do planejamento urbano desinteressado, e indo ao encontro de outras dinâmicas de planejamento “insurgentes” nas cidades. Desse modo corre em busca da experiência de outras comunidades construtoras como de mulheres, minorias étnicas, gays e lésbicas, comunidades e povos indígenas.

Outros contributos e estratégias analíticas sobre os movimentos de ocupação urbana foram identificados. Na sequência do texto, estão algumas que contribuíram para a interpretação aqui desenhada.

4.2. A emergência dos Movimentos de Okupação: Outros contributos

O crescente interesse acadêmico frente à dinâmica do movimento okupa e os questionamentos que este movimento reclama, têm propiciado o surgimento de diferentes enquadramentos teóricos para a compreensão deste fenômeno.

No destacado livro *¿Donde están las llaves?* organizado por Ramón Argilés e Miguel Martínéz (2004), encontramos diversas contribuições de análise para o entendimento das práticas e dos contextos da okupação. Para os autores, o movimento okupa possui um caráter acéfalo e reúne diversas identidades e projetos em constante mutação, o que permite falar de várias gerações de jovens okupas. De acordo com os autores e de modo bastante sucinto, na atualidade, boa parte destes ativistas se integram num movimento antiglobalização, precisamente em sua vertente mais crítica contra o capitalismo neoliberal.

Ao desenvolver uma análise panorâmica das experiências europeias de okupação, Hans Pruijt (2004) em *Okupar en Europa*, propôs cinco modalidades de

okupação, sendo elas a “okupação devido á pobreza”, “estratégia alternativa de alojamento”, “okupação empresarial”, “okupação conservacionista” e “okupação política”. De acordo com Pruijt (2004) ao utilizar alguns exemplos de okupação procedentes da Holanda e suas semelhanças com alguns casos ocorridos na Inglaterra, Itália e Alemanha é possível destacar que os contextos legais de cada país estão gerando distintas estruturas de oportunidade para o movimento de okupação. Ressalta ainda que as diversas experiências servem de modelo as okupações que ocorrem nas cidades espanholas.

No contexto de intervenção institucional Robert González (2004) em “*La okupación y las políticas públicas; negociación, legalización y gestión local del conflicto urbano*”, traça de forma crítica como o movimento de okupação e as autoridades interagem de forma conflituosa, sendo que a legislação e as atuações repressivas das quais as atividades okupas têm sido alvo, provocam um impacto indesejado nas políticas públicas. Mas por outro lado, analisa algumas experiências concretas de negociação com as autoridades para conseguir concessões e até mesmo “legalizar” as edificações okupadas.

Uma questão a ser ressaltada em muito destes trabalhos, destaca o inconformismo do movimento de okupação por mudanças pontuais na legislação. Alguns mais radicais, conforme explica Argiléz & Lopes (2004) desejam inventar a própria política e autogovernar suas próprias vidas.

Outro aspecto de grande importância na discussão sobre os movimentos de okupação, mas pouco discutido nas bibliografias, encontra-se no trabalho de Marinas (2004) “*Derrubando los muros del género: mujer y okupación*”. No seu texto a autora aponta as redes sociais construídas dentro do movimento e que possuem nas atividades das mulheres uma grande força, possibilitando bons avanços nas posições ideológicas, autônomas, e libertárias sobre a idéia de “diferença”. Em outro momento, demonstrando que as desigualdades invadem inclusive os espaços libertários (*idem*) a autora apresenta as lutas e contradições que as mulheres okupas encontram nas tentativas de revelar o machismo existente também no convívio entre os okupas.

Avançando nas contribuições para entendimento das atividades e representações atribuídas aos movimentos de okupação Javier Alcade (2004) no texto “*El papel como escenario de la lucha; cobertura mediática del movimiento de okupación*” analisa os resultados da sua leitura crítica sobre as notícias acerca da okupação que são elaboradas através da mídia de caráter comercial. Este trabalho é uma bela tradução que visa reconstruir as chaves que a mídia de massas (Argiléz & Lopes, 2004: 31) está utilizando para inventar uma imagem do movimento de okupação.

Encontra-se aqui uma ferramenta analítica de semelhante interesse para este trabalho. De acordo com Alcade (2004) não são suficientes as análises realizadas acerca do conteúdo da imprensa, e sim, interpretar os conteúdos e sentidos das mensagens dentro de seus contextos significativos mais amplos. Alguns são relativos á legislação ou á trajetória do próprio movimento, como sua conhecida atitude de não relacionar-se amistosamente com a média de massas (Argiléz & López, 2004), já outros, relacionam-se com os processos de produção de notícias existentes dentro do próprio movimento. O questionamento colocado por estes autores contribuem fortemente para análises mais realistas.

É possível traçar uma trajetória de um movimento sem conhecê-lo? É possível desenhar este fenômeno desconsiderando o entendimento de suas práticas e dinâmicas cotidianas? A pergunta aqui feita, quiçá sirva mais para questionar o conhecimento produzido pelos meios de comunicação em massa, do que produzir respostas e rótulos para o movimento de okupação.

5. CONCLUSÃO ou Estratégias plurais para os sentidos polissêmicos do lugar

As cidades e os seus espaços públicos são fontes inesgotáveis de interpretações. Atualmente é difícil concluir um discurso que busque disciplinar uma idéia global ou universal sobre o espaço urbano, quiçá tal exercício possa caracterizar-se como um grande desafio, ou até mesmo como uma verdadeira utopia.

O espaço público entendido pela filosofia política como um lugar de representação e de expressão coletiva da sociedade (Borja, 2005) apesar das diferentes transformações, ainda anseia por liberdade, integração e por igualdade básica para seus habitantes.

Alguns investigadores criticam a maneira como têm sido retratada a conjuntura de mudanças espaciais, culturais e sociais, que diferentes autores (as) imprimem sobre “paisagem urbana pós-moderna”. A grande questão²⁸ é que inexistem critérios claros que separe cidades modernas e cidades pós-modernas (Zukin, 1995) o que não significa dizer que não existam mudanças na maneira como o espaço e o tempo são organizados e representados.

Do ponto de vista do projeto urbano, David Harvey (2009) considera o pós-modernismo no sentido amplo, como uma ruptura com a idéia modernista de que o planejamento e o desenvolvimento devem concentrar-se em *planos* urbanos de larga escala, de alcance metropolitano, tecnologicamente racionais e eficientes. Ainda de acordo com Harvey, o pós-modernismo cultiva, em vez disso, um conceito do tecido urbano como algo necessariamente fragmentado, um “*palimpsesto*” de formas passadas superpostas umas às outras e uma “colagem” de usos correntes, muitos dos quais podem ser passageiros.

Em outras palavras, a impossibilidade de controlar e moldar todo o território das grandes cidades (construção de um projeto social) da perspectiva modernista abriu espaços para uma linguagem de projeto urbano pós-modernista,

²⁸ É preciso estar atento ao que aponta Zukin (1995: 81) afinal, embora nenhum critério separe as cidades modernas das pós-modernas, percebemos que algo mudou na maneira como organizamos o que vemos: o consumo visual do espaço e do tempo, que está ao mesmo tempo acelerado e abstraído da lógica da produção industrial, obriga à dissolução das identidades espaciais tradicionais e à sua reconstituição sobre novas bases. De modo geral, a pós-modernidade ocorre como um processo social de dissolução e rediferenciação e como uma metáfora cultural dessa experiência. Consequentemente, o processo social de construção de uma paisagem pós-moderna depende da fragmentação econômica das antigas solidariedades urbanas e de uma reintegração que é fortemente matizada pelas novas formas da apropriação cultural. De maneira mais direta, é preciso perceber a genialidade dos investidores imobiliários, nesse contexto, consiste em inverter a narrativa da cidade moderna, tornando-a um nexó fictício, uma imagem que uma larga faixa da população pode comprar, um panorama onírico de consumo visual.

voltada para a sensibilidade de tradições genuínas, histórias locais, aos desejos, necessidades individuais e fantasias particulares, ocasionando formas arquitetônicas especializadas, variando de espaços criados para atender a necessidade do espaço personalizado, passando por obras monumentais e de diferentes arranjos arquitetônicos.

“Enquanto os modernistas vêem o espaço como algo a ser moldado para propósitos sociais e, portanto, sempre subserviente à construção de um projeto social, os pós-modernistas o vêem como coisa independente e autônoma a ser moldada segundo objetivos e princípios estéticos que não têm necessariamente nenhuma relação com algum objetivo social abrangente, salvo, talvez, a consecução da intemporalidade e da beleza “desinteressada” como fins em si mesmas”. (Harvey, 2009: 69)

Ciente da importância conferida ao planejamento do espaço urbano, e das diferentes concepções políticas, econômicas e culturais na qual este tem sido alvo, é preciso estar consciente de que a sociedade urbana atual possui complexidades e metamorfoses que ultrapassam as projeções de ambas as concepções, seja ela moderna ou pós-moderna.

Certamente existem notáveis diferenças entre as duas concepções, especialmente no modo como consideram o espaço urbano. Entretanto, a profundidade da análise feita aqui, não recaiu nas especificidades de cada concepção, e sim, nas análises de diferentes investigadoras (es) que traçam olhares otimistas para o espaço urbano das Cidades. Afinal ainda encontra-se a Cidade vivida, festejada, compartilhada e respeitada por aqueles que usufruem do seu espaço urbano.

Representar apenas a imensidão dos espaços de consumo existentes na cidade é torná-la limitada nas suas possibilidades. Viver numa cidade é uma arte (Raban, 1974), portanto precisamos do vocabulário da arte e do estilo, para descrever a relação peculiar entre homem e material que existe na contínua interação criativa da vida urbana.

A busca em afirmar conceitos sobre o que é, ou o que não é cidade, torna-se um exercício desnecessário, pois apesar dos esforços, sempre seremos um pouco limitados na produção de conceitos universais. Um exercício que seja realizado de dentro pra fora, ou seja, uma busca interna das múltiplas possibilidades de se pensar as cidades pode ser o início para uma descoberta maior sobre o que é este espaço na qual estamos vivenciando diferentes experiências.

Mantém-se acessa a esperança de uma alternativa de análise à organização sócio-espacial que ultrapasse as barreiras funcionalistas e mercantis, voltando-se especialmente para a dimensão da experiência do viver e sentir os diversos lugares da cidade. Esse olhar é discutido por diferentes autores, (Simmel, 1997; Benjamin, 1994; 2000; Massey, 2000; Fortuna, 2009; Leite, 2009) dentre vários outros.

Em que medida as transformações na paisagem urbana, com as novas formas de locomoção, comunicação e consumo, podem alterar a maneira como as pessoas atribuem Sentido e vivenciam o espaço urbano?

A constante luta e resistência do indivíduo à uniformização e à submissão perante as engrenagens sociotecnológicas, interrogou Georg Simmel (1997) a analisar a relação que a estrutura social induz entre os aspectos individuais da vida e aqueles que transcendem a existência de sujeitos individuais. Resumidamente seu trabalho destacou, como a frenética intensificação da vida emocional, decorrente de mudanças bruscas e continuadas de estímulos internos e externos, contribuiu para a redução da sensibilidade e o aumento do agir racional, provocando o que ele chama de uma individualidade metropolitana.

Sendo assim, aqueles que residem nas metrópoles passaram por uma espécie de adaptação emocional do intelecto para escapar às perturbações e descontinuidades do ambiente externo, presente nas metrópoles. Mais conhecido e denominado pelo termo *Blasé*, este aspecto é conferido a intensificação da racionalidade metropolitana e a incapacidade (em alguns casos) de reagir a novos estímulos com as energias adequadas, devido tal esgotamento nervoso. A sensibilidade do trabalho de Simmel certamente impulsionou um leque de análises mais subjetivas acerca da vida na metrópole.

Assim também o fez Walter Benjamin (1994) quando utilizando a cidade como princípio organizador do seu trabalho, buscou extrair o sentido da vida urbana na modernidade parisiense do século XIX. Benjamin convidou os leitores a passear pela rua, buscando perceber os fluxos, os sinais e as pistas que a cidade revela no seu cotidiano. Na concepção deste autor, o *flâneur* é aquele que perambula e movimenta-se pela cidade estudando seus diversos estímulos e significados. Sua análise possui grande importância, pois aponta para a locomoção na vida social, em que o indivíduo é invadido por uma abundância de novas experiências, e com isso desenvolve novas percepções durante sua interação com o ambiente urbano e o aglomerado de pessoas.

Dito assim, a figura do *flâneur* possibilita uma série de aspectos sobre a natureza da vida pública contemporânea e a sua relação entre a experiência

estética dos espaços públicos conjugadas com as mais diversas possibilidades de cidadania presentes nestes espaços.

Ao refletir sobre o *flâneur* e a Cidade, Featherstone (2000), entende que a Cidade não deveria ser vista apenas como um objeto de investigação, ou seja, como um lugar essencial para entender a natureza das formas contemporâneas de sociabilidade e experiência. Na opinião deste autor, é preciso captá-la como um dispositivo metafórico que marcou profundamente o desenvolvimento conceitual no ocidente. De acordo com Featherstone (2000) na tradição ocidental, desenvolveram-se duas imagens poderosas da cidade.

A primeira imagem identificada por Leite (2009), e melhor estudada na obra de Hannah Arendt (1958), é a cidade como *polis*, e como uma comunidade política autônoma, cujos cidadãos deliberam, debatem e resolvem questões na forma de resultados coletivos. Trata-se da cidade que é a fonte da esfera pública de Habermas (1989). Cidade descrita como cheia de excitação palpável (Williams, 1973) e repleta de pessoas movimentando-se por livrarias, praças teatros, ruas e encontrando-se em incontáveis lugares de reunião para compartilhar experiências e discutir as questões do momento.

A segunda é a imagem da Babilônia, da cidade mundial, de alcance ampliado e entendido (Leite, 2009) tanto por sua heterogeneidade, quanto pela falta de cidadãos. Seus habitantes não compartilham uma tradição política comum de cidadania democrática e alguns antagonismos ainda permanecem. Contudo, em contraste com a *polis*, essa *cosmopolis* possui tolerância (Featherstone, 2000) para a diversidade e para a coexistência de grupos variados que participam da vida ativa da rua.

Com efeito, pode se afirmar também que a mistura, a diversidade e a fragmentação que associamos à cidade pós-moderna, têm suas origens tanto na Paris do século XIX, quanto em cidades coloniais como Cingapura, Hong Kong ou Calcutá (Featherstone, 2000: 189-190).

É possível perceber a existência de uma gama de autores que, identificaram e analisaram diferentes estratégias para uma compreensão ampla do sentido de lugar existentes no ambiente urbano.

A forma como o ambiente urbano das cidades pós-modernas abarcam a diversidade presente no cotidiano relacional de diferentes grupos e indivíduos, gera a cada dia, novas formas de inclusão e exclusão. Entretanto, é possível perceber uma tolerância à diversidade em cidades ainda não consideradas cosmopolitas? Qual o limite desta tolerância, quando sai de cena a dimensão do

flâneur, e entra a dimensão daqueles que reagem as transformações excludentes do espaço urbano?

Refletindo de modo geral sobre a esfera político-administrativa da sociedade, em que o planejamento urbano tem alto grau de intervenção no espaço, e por seguinte, na definição dos usos dos espaços urbanos, como tem sido tratada a questão das ocupações urbanas? Será que o planejamento urbano, dialoga com este movimento no sentido de promover novas alternativas e usos para os espaços urbanos?

Quais são os horizontes e as inovações urbanísticas que poderiam contemplar uma cidadania ampla e fomentar novos usos para o espaço urbano das cidades, especialmente aquelas em ritmos acelerados de globalização? Horizontes que coloquem a cidadania como uma realidade material e não apenas como um reconhecimento formal, onde o espaço público mesmo com suas centralidades, mobilidades e acessibilidades (Borja, 2005), ofereça lugar para espaços funcionalmente diversificados, com sentido cultural e político capaz dar visibilidade as expressões e representações coletivas. Infelizmente sabe-se que este não é o único desafio de pensar as cidades do século XXI.

Na tentativa de buscar uma interpretação alternativa do *Sentido Global do Lugar*, Doreen Massey (2000) contribui para novos olhares. De acordo com a autora, a geografia das relações sociais está mudando, e estendem-se cada vez mais pelo espaço. “As relações econômicas, políticas e socioculturais, cada qual cheia de poder e com estruturas internas de dominação e subordinação, estendem-se pelo planeta em todos os diferentes níveis, da família à área local e até internacional” (Massey, 2000: 184). Desse modo, o que dá a um lugar sua especificidade não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num *locus* particular (idem).

Estender a idéia sobre os lugares urbanos, exige portanto, em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, poderíamos imaginá-los como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção dessas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior do que costumamos definir, seja uma rua, região ou continente. Quiçá essa estratégia poderia permitir um sentido do lugar que é extrovertido (idem), que inclui uma consciência de suas ligações com o mundo mais amplo, que integra de forma positiva o global e o local.

Em que medida poderíamos aprender com estas alternativas, especialmente dos C.S.O.A, que surgem no tecido urbano de diferentes nações como Alemanha, França, Itália, Espanha, Portugal, Brasil, Chile, etc? Para tanto

seria preciso ampliar os conceitos e horizontes do uso do espaço urbano, ultrapassando a (i) lógica do consumo mercantil dos lugares?

O fato é que algumas alternativas existem e certamente resistem á todo este cenário contemporâneo. De maneira surpreendente estão imprimindo novos Sentidos e usos para o ambiente urbano das Cidades. O que resta saber é se estaremos dispostos e atentos em aprender, ouvir e viver os diferentes Sentidos que estas pessoas e lugares demandam.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCADE, Javier (2004), “*El papel como escenario de la lucha; cobertura mediática del movimiento de okupación*”, in, ARGILÉS, Ramón et all. (2004) *¿Dónde están las llaves? El movimiento okupa: prácticas y contextos sociales*. España. ed: Catarata.

ALVES, Américo (2008), *Como elaborar um relatório de projecto*. Coimbra: Editora s/n.

APPADURAI, Arjun (1996), *Dimensões Culturais da Globalização*. Lisboa. Ed. Teorema.

ARANTES, Antônio (1997), *Prefácio, O Espaço da Diferença*, in, Antônio Arantes (org.), *O espaço da diferença*, Campinas: Papyrus

_____. (1997), *A Guerra dos Lugares*, in Carlos Fortuna (org.), *Cidade, cultura e globalização*. Oeiras: Celta, 2ªed. 259-270.

ARENDT, H. (1958), *The Human Condition*. Chicago and London: The University of Chicago Press.

ARGILÉS, Ramón Adell & LÓPEZ, Miguel Martínez (coord.) (2004) *¿Dónde están las llaves? El movimiento okupa: prácticas y contextos sociales*. España. ed: Catarata.

AUGÉ, Marc (2007), *Não-Lugares: Uma introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa, Editora: 90 graus.

AVRITZER, Leonardo (2000), “*Entre o diálogo e a reflexividade: A modernidade tardia e mídia*”, in L. Avritzer; J.M. Domingues, *Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG.

_____. (1996), *A moralidade da democracia*. São Paulo: Perspectiva.

BEBIANO, Rui. *A cidade e a memória na intervenção estudantil em Coimbra*, in: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 66, Outubro, 151-163.

BENJAMIN, W. (2000) *Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense.

_____. (1994) *Magia e Técnica, arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Paulo Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense.

BALIBREA, Maria P. (2003) *Memória e espaço público na Barcelona pós-industrial*, in: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: CES. nº67, 31-54.

BORJA, Jordi (2005), *La Ciudad Conquistada*. Madrid. Alianza Editorial.

_____. (1995), *Prefacio - Un modelo de transformación urbana*, in, Borja Jordi (ed.); Barcelona. Quito Programa de Gestión Urbana (PGU-LAC).

BIANCHINI, F. and PARKINSON, M. (1993), *Cultural policy and urban regeneration*, Manchester, Manchester University Press.

BINDE, João Luis (2008) Resenha: *Não Lugares* – Marc Auge. Revista Antropos – Volume 2, Ano 1. Maio.

BRITO, Priscila S. & RODRIGUES, Suzy L. (2001) *As ocupações dos sem-teto na discursividade da cidade*, in, ORLANDI, Eni P. (org) *A Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, SP: Pontes, 51-60.

BURAWOY, Michael (1998), *'The extended case method'*, Sociological Theory, vol. 16, no. 1, 1-33.

_____. et al. (1991) *Ethnography unbound: Power and resistance in the modern metropolis*, Berkeley, CA: University of California Press

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (2000) *Cidade de Muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: editora 34.

CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991

CANCIO, Jesús (2007) *Orígenes y evolución histórica del Movimiento Okupa en el Estado Español*. Grupo de accion social. Arquivo eletrônico consultado 24.05.10 disponível em <http://www.okupatutambien.net/?p=69>.

CANCLINI, Nestor Garcia (1999) *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.

CAPEL, Horacio (2005) *El modelo Barcelona: un examen crítico*. Barcelona: Ediciones Del Serbal.

CARIA, T. H. (org.) (2002c), *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*, Porto: Edições Afrontamento.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2006, 3ª ed.

_____. 1999a. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.

_____. 1999b. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra.

_____. 1998. *La era de la información*. Madrid: Alianza.

CERTEAU, Michel de. (1994), *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis. Ed. Vozes.

CORDEIRO, Graça Índias (2003), “A antropologia urbana entre a tradição e a prática”, In: CORDEIRO, Graça Índias; BAPTISTA, Luís Vicente, COSTA, António Firmino (orgs). *Etnografias urbanas*. Oeiras, Celta, p. 3-34.

CORREIA, André Brito (2003), *Arte como Vida e Vida como Arte: Sociabilidades num contexto de criação artística*. Porto: Afrontamento.

COSTA, António Firmino da (2008), *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural*. Oeiras, Celta.

_____. (2003), “Estilos de sociabilidade”, In: CORDEIRO, Graça Índias; BAPTISTA, Luís Vicente, COSTA, António Firmino (orgs). *Etnografias urbanas*. Oeiras: Celta, p.121-131.

CUNHA, Alexandre M. *et al* (2003) *O terror superposto: uma leitura lefebvriana do conceito de terrorismo e suas relações com o mundo contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar.

DEBORD, G. (2003) *A Sociedade do espetáculo*. Fonte digital base: edição em pdf originária de www.geocities.com/projetoperiferia. pág. consultada em 06.03.10

DELGADO, Manuel (2007) *La ciudad mentirosa: "Fraude y miséria del 'Modelo Barcelona"*. Madrid . Editorial: Catarata

DERRIDA, Jacques (2002). “*A Escritura e a Diferença*”. São Paulo: Perspectiva,.

DUNEIER, Mitchell. *Sidewalk*. New York: Farrar, Straus & Giroux. 2001.

FEATHERSTONE, M. (1997), *O Desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Studio Nobel.

_____. (1995), *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo, Studio Nobel.

FERNANDES, Luís (2002) *A imagem predatória da Cidade*, In: CORDEIRO, Graça Índias; BAPTISTA, Luís Vicente, COSTA, António Firmino (orgs). *Etnografias urbanas*. Oeiras, Celta, p. 53-62.

FERREIRA, Claudino (2009), *Intermediários culturais e cidade*, in, Carlos Fortuna (org.), *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos*. Coimbra: Almedina, p.319-336

FERREIRA, João S. W. (2007) *O mito da Cidade Global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano*. Petrópolis-RJ. Ed. Vozes.

_____. (2001) “*Globalização e Urbanização subdesenvolvida*”, in SP em Perspectiva, Revista da Fundação SEADE, São Paulo, Vol.14, no.4.

FORTUNA, Carlos; P Leite, Rogerio (orgs.) (2009), *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos*. Coimbra: Almedina.

_____. (2009), *Cidade e Urbanidade*, in Carlos Fortuna (org.), *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos*. Coimbra: Almedina, 83-97.

_____. (2002), “*Culturas Urbanas e Espaços Públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico*”, *Travessias*, 131 - 158.

_____. (1997), “*Destradicionalização e imagem da cidade - o caso de Évora*”, in Carlos Fortuna (org.), *Cidade, cultura e globalização*. Oeiras: Celta, 231-257.

FOUCAULT, Michel (2001) *Outros espaços*, in: *Ditos e Escrito*, vol. III, Rio de Janeiro, Forense-Universitária.

_____. (1993), *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro Petrópolis: Vozes.

_____. (1984) *História da sexualidade 2 – O uso dos prazeres*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro. Ed. Graal.

GOHN, Maria da Glória (2000) *Mídia, Terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis. Ed. Vozes.

GOMES, P. C. C (2002) *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand - Brasil.

GONÇALVES, Jorge (2006), *Os espaços públicos na Reconfiguração Física e Social da Cidade*; Coleção Teses; Universidade Lusíada. Editora; Lisboa.

GONZÁLEZ, Robert (2004), “*La okupación y las políticas públicas; negociación, legalización y gestión local del conflicto urbano*, in, ARGILÉS, Ramón et all. (2004) *¿Dónde están las llaves? El movimiento okupa: prácticas y contextos sociales*. España. ed: Catarata.

GUERRA, Isabel, (2002), “*Cidadania, exclusões e solidariedades. Paradoxos e sentidos ‘das novas políticas sociais’*”, in, *Revista Crítica das Ciências Sociais*, Nº 63.

GUPTA, Akhil, FERGUSON, James (2000), *Mais Além da “Cultura”: Espaço, Identidade e Política da Diferença*, in, Antônio Arantes (org.), *O espaço da diferença*, Campinas: Papirus, p. 30-49.

- HABERMAS, J. (1989), *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. Cambridge: Polity.
- HALL, P.; PFEIFFER, M. (2000), *Urban future 21: a global agenda for twenty-first century cities*. Londres, FN Spon.
- HALL, Stuart (2006), *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11º Ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- HAESBAERT, R (2001) *Da desterritorialização a multiterritorialidade*, in, Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro, p. 1769-1777.
- HARVEY, David. (2009), *Condição pós-moderna*. São Paulo, Ed. Loyola. 14ªed.
- HOLSTON, J. (1996), *Espaços de cidadania insurgente*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. s/l., n. 24, p. 243-253.
- JAMESON, Frederic (1998). “*Pós-modernidade e sociedade de consumo*”, in Revista Novos Estudos Cebrap. São Paulo, nº 12.
- JEUDY Henri P. & JACQUES Paola B. (2006), *Corpos e Cenários Urbanos*. Salvador: EDUFBA; PPG-AU/FAUBA.
- KOWARICK, Lúcio (2000), *Escritos Urbanos*. Fotografias de Tomás Resende. São Paulo, Editora:34.
- LATOUR, Bruno (2005), *Reassembling the social. An introduction to actor-network-theory*, Oxford, Oxford: University Press.
- LEFEBVRE, Henri (2001), *O direito à Cidade*. São Paulo: Ed.Centauro
- LEITE, Rogério Proença (2009), *Espaços públicos na pós-modernidade*, in Carlos Fortuna (org.), *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos*. Coimbra: Almedina, p.187-204.
- _____. (2007), *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas, SP: Editora da UniCamp; Aracaju, SE: Editora UFS.
- LIMONAD, Ester (2005), *Estranhos no Paraíso de Barcelona*. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona. pág. consultada 06.03.10. Ver mais em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-610.htm>.
- LOPES, João Teixeira (2000), *A Cidade e a Cultura: Um Estudo sobre Práticas Culturais Urbanas*. Porto, Afrontamento.

LÓPEZ, Miguel Martínez (2008), *Identidades nômadas en el movimiento okupa en España. Sociedad y Utopia*. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. n°. 32. pags. 341-367. Consultar: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/autor?codigo=150234>

_____. (2007) *El Movimiento de Okupaciones: Contracultura Urbana y Dinâmicas Alter-Globalización*. Revista de Estudos de Juventud. n°76. p.225-242.

_____. (2003), *Viviendas Y Centro Sociales en el Movimiento de Okupación*. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. n°. Extra 7, 146. Consultar: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/extaut?codigo=150234>

LYOTARD, Jean-François (1979). *A Condição pós-moderna*, Gradiva, Lisboa.

MAGNANI, J. Guilherme (2009), *Etnografia Urbana*, In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério P. (orgs), *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos*. Coimbra: Almedina.

_____. (2002), *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS, vol 17 No 49.

_____. (2000), “*Quando o campo é a cidade: fazendo Antropologia na metrópole*”. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor e TORRES, Lilian (orgs.). *Na Metrópole: textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: Edusp, 2000. p.12-53.

MARI PAZ, Balibrea (2003) *Memória e espaço público na Barcelona pós-industrial*. Revista crítica de ciências sociais. Coimbra: CES, n°67.

MARICATO, Ermínia (2001), *Brasil, Cidades. Alternativas para crise urbana*. Petrópolis, RJ: Vozes,

_____. (2000) *As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias*. In: Arantes, O. et al. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes,

_____. (2000) *Conhecer para resolver a Cidade Ilegal*. Laboratório de Habitação e assentamento humanos. Pag. Consultada em 10 de maio de 2010, disponível em www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/equipe/do02.html.

MARINAS, Marina (2004) *Derrubando los muros del género: mujer y okupación*, in, ARGILÉS, Ramón et all. (2004) *¿Dónde están las llaves? El movimiento okupa: prácticas y contextos sociales*. España. ed: Catarata.

MARTÍ, Jordi (2006) Palestra, realizada no dia 14 de março de 2006, “*O presente e o futuro da cidade*”. Prefeitura de São Paulo. São Paulo. Pág.consultada em 30.03.10. ver mais : <http://www.aulasp.prefeitura.sp.gov.br/aulasp.htm>

MARTÍNEZ, Miguel (2002b). *Okupaciones de viviendas y centros sociales. Autogestión, contracultura y conflictos urbanos*. Barcelona: Vírus

MASSEY, Doreen (2005), *For Space*. London: Sage.

_____. (2000), *Um Sentido Global do Lugar*, in, Antônio Arantes (org.), *O espaço da diferença*, Campinas, Papirus.

_____. (1994) *A Global Sense of Place: From Space, Place and Gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

MENDES, José Manuel de Oliveira (2003), *Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas*. Coimbra : CES-FEUC.

PRUIJT, Hans (2004), “*Okupar en Europa*”. En Adell, Ramón, Martínez, Miguel (coords.). *¿Dónde están las llaves? El movimiento okupa: prácticas y contextos sociales*. Madrid: La Catarata.

RABAN, Jonathan (1974), *Soft city*. Londres. The Harvill Press.

REMY, Jean, e VOYÉ, Liliane (1991) *A Cidade: Rumo a uma nova definição?* Trad. José Domingues de Almeida, Porto: Afrontamento.

RUDY, Cleber (2010) *Nas Entranhas da(s) Cidade(s): Resistências à organização capitalista da vida urbana*. Revista eletrônica História Agora: Revista de História do tempo presente. Rio de Janeiro. Consultado em 24.04.10. ver mais em: http://www.historiagora.com/dmdocuments/ha8_artigo_cleberrudy.pdf

SANDERCOCK, Leonie (1998), *Towards cosmopolis: planning for multicultural cities*. Chichester: John Wiley.

SANTOS, Boaventura de Sousa, (2005) “*Beyond neoliberal governance: the World Social Forum as subaltern cosmopolitan politics and legality*”, in: SANTOS, Boaventura de Sousa e César A. Rodríguez-Garavito (eds.), *Law and Globalization From Below: Towards a Cosmopolitan Legality*, New York:Cambridge University Press, pp. 29-62.

_____. (2002), “*Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237-280.

_____. (2001) *Exposição realizada no Seminário: “Estudos Territoriais de desigualdades sociais”*, 16 e 17 de maio, no auditório da PUC/SP.

_____. (2000), *A crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (1981), *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar Editoresp.

SANTOS, Milton (2001), *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, Record, 5ªed.

_____. (1999), “O Dinheiro e o território”. In Geographia. Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF. Ano 1, No. 1.. pp. 7-13.

_____. (1997), *Metamorfoses do Espaço habitado*. 5 ed. São Paulo: Hucitec.

SENNETT, Richard (1998), *O declínio do homem público*. São Paulo, Companhia das Letras.

SILVA, Paulo Celso (2008), *Espaços Okupas em Barcelona e a comunicação na Cidade*. Revista Signo y Pensamiento, nº 53 · volume XXVII, p. 140-161.

SMITH, Neil. (1996), *The new urban frontier: gentrification and revanchist city*. Londres/Nova York, Routledge.

SOJA, Edward W. (1993) *Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

SOUZA, Marcelo Lopes de (2008) "*Fobópole. O medo generalizado e a militarização da questão urbana*". Rio de Janeiro, Editora: Bertrand Brasil.

SASSEN, Saskia (1999) *The Global City*. Princenton: Princenton University Press

_____. (1998). *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel.

SILVANO, Filomena (2001), *Antropologia do Espaço*, Oeiras, Celta.

SIMMEL, Georg (1997), “A *Metrópole e a vida do espírito*”, in Carlos Fortuna (org.), *Cidade, cultura e globalização*. Oeiras: Celta, 31-43.

UNITED NATIONS (2008), *World urbanization prospects: The 2007 revision*. Nova Iorque: UN-DESA. Pág. consultada em 12 de abril de 2010 em (<http://www.un.org/esa/population/publications/wup2007/2007wup.html>)

VELHO, Gilberto (org.) (1999), *Antropologia Urbana*. Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

_____. (1980), “O antropólogo pesquisa em sua cidade: sobre conhecimento e heresia”, In: VELHO, Gilberto. (org.), *O desafio da cidade*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p.13-22.

VIANA, Leandro. F (2006) *A política pública de habitação e a construção da cidadania*. Monografia de conclusão do curso de graduação em psicologia. Belo Horizonte. PUC Minas.

VILLAÇA, Flávio (1998), *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo, SP: Studio Nobel: FAPESP: Lincon Institute

WACQUANT, Loic (2005), *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan; Fase

WILLIAMS, Raymond (1973), *The Country and the City*. New York: Oxford University Press.

ZUKIN, Sharon (2000), *Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder*, in Antônio Arantes (org.), *O espaço da diferença*, Campinas, Papirus.

_____. (1995), *The cultures of cities*. Cambridge, Massachussets, Blackweell.